

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
 PREGÃO Nº 38/2021
 (Processo Administrativo nº.23060.001761/2019-98)

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na área de engenharia ou arquitetura para a prestação de serviços técnicos de elaboração dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) devidamente aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe para os campi de Aracaju, São Cristóvão e Lagarto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição do Material	CATMAT	Unidade de Fornecimento	Área por Campus (m²)			Área Total dos Campi (m²)	Valor Unitário por m²	Valor Total por m²	Valor Unitário para cada Campus (até 10 pontos de GLP)	Valor Total dos Campi (até 10 pontos de GLP)	Valor Total Estimado (R\$)
				IFS – Aracaju	IFS – Lagarto	IFS – São Cristóvão						
1	Elaboração do Projeto Executivo: Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico – PSCIP, para os prédios dos Campi, Aracaju, Lagarto e São Cristóvão, do Instituto Federal de Sergipe. Estão incluso no serviço: estudos, atualização da medição, levantamentos, deslocamentos, orçamentos, elaboração de laudos técnicos, memorial descritivo do PSCIP (deve-se inserir critérios de sustentabilidade), e demais documentos e/ou arquivos necessários para a licitação da obra, com pagamento de todas as taxas de aprovação, ARTs/RRTs e despesas com plotagens, impressões e outros que vierem a incidir sobre o objeto contratado, até o recebimento definitivo dos	523	m²	13.758,84	9.624,51	10.124,27	33.507,62	R\$ 5,91	R\$ 198.030,03	-	-	R\$ 243.449,25

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

	serviços aprovados pelo Corpo de Bombeiro Militar de Sergipe.										
2	Elaboração do Projeto Executivo do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA, para os prédios dos campi, Aracaju, Lagarto e São Cristóvão, do Instituto Federal de Sergipe . Estão incluso no serviço: estudos, atualização da medição, levantamentos, deslocamentos, orçamentos, elaboração de laudos técnicos, memorial descritivo do SPDA (deve-se inserir critérios de sustentabilidade), e demais documentos e/ou arquivos necessários para a licitação da obra, com pagamento de todas as taxas de aprovação, ARTs/RRTs e despesas com plotagens, impressões e outros que vierem a incidir sobre o objeto contratado, até o recebimento definitivo dos serviços aprovados pelo Corpo de Bombeiro Militar de Sergipe.	523	m²	13.758,84	9.624,51	10.124,47	33.507,62	R\$ 1,21	R\$ 40.544,22	-	-
3	Elaboração do Projeto Executivo do Projeto da Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) até 10 pontos individualizados, para cada campus, Aracaju, Lagarto e São Cristóvão, do Instituto Federal de Sergipe . Estão incluso no serviço: estudos, atualização da medição, levantamentos, deslocamentos, orçamentos, elaboração de laudos técnicos, memorial descritivo da Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) (deve-se inserir critérios de sustentabilidade), e demais documentos e/ou arquivos necessários para a licitação da obra, com pagamento de todas as taxas de aprovação, ARTs/RRTs e despesas com plotagens, impressões e outros que vierem a incidir sobre o objeto contratado, até o recebimento definitivo dos serviços aprovados pelo Corpo de Bombeiro Militar de Sergipe.	523	Und.	-	-	-	-	-	-	R\$ 1.625,00	R\$ 4.875,00

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, sendo o julgamento global.
- 1.5. O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, prorrogável na forma do art. 57, I, da Lei de Licitações.
- 1.6. O prazo de execução é de 8 meses.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. **Considerando o Art. 6º, do Decreto 40.637/SE, de 30 de julho de 2020. O Atestado de Regularidade do Corpo de Bombeiros - ARCB será expedido pelo Corpo de Bombeiros, desde que as edificações e as áreas de risco estejam com suas medidas de segurança contra incêndio e pânico devidamente executadas.**
- 2.3. **Considerando o Art. 20, do Decreto 40.637/SE, de 30 de julho de 2020. O proprietário do imóvel ou o responsável pelo uso obriga-se a manter as medidas de segurança contra incêndio em condições de utilização, providenciando sua adequada manutenção, sob pena de cassação do ARCB, independentemente das responsabilidades civis e penais cabíveis.**
- 2.4. **Considerando a contratação de empresa especializada na área de engenharia ou arquitetura para a prestação de serviços técnicos na elaboração dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP), devidamente aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe - CBMSE, para adequar as instalações físicas, com intuito de salvaguardar toda comunidade interna e externa, além do patrimônio dos respectivos campi.**
- 2.5. **Considerando a quantidade de artefatos técnicos para o desenvolvimento do PSCIP, do SPDA e da Central de GLP (ou Central Individual de GLP), além das limitações técnica da equipe técnica da Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos – DIPOP/IFS.**
- 2.6. **Nota-se que é extremamente necessária a contratação de empresa para elaboração desses projetos, visando à elaboração de licitação para execução das adequações nas obras dos campi citados.**

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 3.2. Os Projetos objetos deste Termo de Referência deverão ser elaborados para os seguintes os campi: Aracaju, São Cristóvão e Lagarto do Instituto Federal de Sergipe;
- 3.3. A Contratada deverá atualizar os levantamentos e as medições das áreas construídas dos campi;
- 3.4. Todos os Estudos e Projetos deverão ser desenvolvidos de forma harmônica e consistente, observando a compatibilização entre os elementos dos diversos sistemas das edificações, ou seja, a compatibilização de todas as especialidades envolvidas (arquitetura, elétrica, hidráulica, mecânica, drenagem, lógica, prevenção contra incêndio, etc...);
- 3.5. Nas edificações existentes, considerar as condições físicas existentes e de infraestrutura de forma a minimizar os impactos de reformas para adequação das obras;
- 3.6. Incluir na planilha orçamentária os serviços necessários para a adequação do projeto à obra, como demolições e reaproveitamento de materiais, entre outros;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

- 3.7. Incluir no memorial descritivo do PSCIP, de cada campus, os critérios de sustentabilidade, conforme o item 6, deste TR.
- 3.8. Adotar soluções que ofereçam facilidade de operação e manutenção dos diversos componentes e sistemas da edificação;
- 3.9. Adotar soluções técnicas que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a adequação do empreendimento;
- 3.10. Adotar soluções técnicas que considerem a acessibilidade de portadores de necessidades especiais, obedecendo ao que determina o Decreto Federal nº 5296/2004, a NBR 9050/2004 e demais normas da ABNT;
- 3.11. Adotar soluções técnicas que ofereçam segurança aos funcionários e usuários e proteção contra roubos, furtos e vandalismo;
- 3.12. Definir todos os equipamentos necessários à operacionalização do sistema de combate à incêndio e pânico das edificações, apresentando lista com identificação e descrição dos equipamentos que se incorporarão à obra;
- 3.13. Incluir na planilha orçamentária os equipamentos que se incorporarão diretamente à obra, ou que necessitarão de infraestrutura especial executada, de modo que os mesmos sejam fornecidos, instalados e testados pela empresa que executará a obra;
- 3.14. Apresentar o projeto APROVADO em conformidade com as exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe, bem como com os dispostos nas Instruções Normativas do CBMSP, ABNT/NBR e demais normas técnicas pertinentes e vigentes.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

Entendemos existir a necessidade de estruturação da instituição, para atender e proteger os discentes, terceirizados e servidores, observando às legislações e normas técnicas abaixo, além de outras, caso necessário:

BRASIL. Lei 8.666/1993. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

_____. Lei 10.520/2002. Institui modalidade de licitação denominada Pregão;

_____. Lei 12.527/2011. Regulamenta o acesso às informações previsto na Constituição Federal;

_____. Instrução Normativa 05/2017/SEGES/MP. Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob regime de contratação indireta no âmbito da Administração Pública Federal;

_____. Instrução Normativa Conjunta MP/CGU N. 01, de 2016. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal;

_____. Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Regulamentada pela Portaria nº 3.214/78 através da Norma Regulamentadora nº 23 (Proteção Contra Incêndios) do Ministério do Trabalho e Emprego;

SERGIPE. Lei Estadual nº 8.151, de 21 de novembro de 2016. Estabelece e define critérios acerca de sistemas de segurança contra incêndio e pânico para edificações no Estado de Sergipe e revoga a Lei nº 4.183, de 22 de dezembro de 1999, e dá providências correlatas;

SERGIPE. Lei Estadual nº 8.809, de 29 de dezembro de 2020. Acrescenta o art.31-A e altera as Tabelas II, IV e V do Anexo Único da Lei nº 8.638, de 27 de dezembro de 2019, que institui a Taxa Estadual de Fiscalização e Serviços Diversos - TFSD, altera as Leis nº 6.425, de 20 de junho de 2008, nº 6681, de 28 de agosto de 2009, e nº 7651, de 31 de maio de 2013, e dá providências correlatas;

_____. Decreto nº 40.637, de 30 de julho de 2020. Institui o Regulamento de Segurança contra incêndio e pânico das edificações e áreas de risco no Estado de Sergipe, em conformidade com a Lei nº 8.151, de 21 de novembro de 2016, revoga o Decreto nº 30.954, de 1º de fevereiro de 2018, e dá providências correlatas;

_____. Instrução Técnica nº 01/2021. Procedimentos Administrativos, 2021;

SÃO PAULO. Instrução Normativa nº 06/2019/CBMSP. Acesso de viatura nas edificações e áreas de riscos;

SÃO PAULO. Instrução Normativa nº 07/2019/CBMSP. Separação entre edificações (isolamento de risco);

SÃO PAULO. Instrução Normativa nº 10/2019/CBMSP. Controle de materiais de acabamento e de revestimento;

_____. Instrução Normativa nº 11/2019/CBMSP. Saídas de Emergência;

_____. Instrução Normativa nº 12/2019/CBMSP. Centros esportivos e exibição – requisitos de segurança contra incêndio;

_____. Instrução Normativa nº 17/2019/CBMSP. Brigada de Incêndio;

_____. Instrução Normativa nº 18/2019/CBMSP. Iluminação de Emergência

_____. Instrução Normativa nº 19/2019/CBMSP. Sistema de detecção e alarme de incêndio;

_____. Instrução Normativa nº 20/2019/CBMSP. Sinalização de Emergência;

_____. Instrução Normativa nº 21/2019/CBMSP. Sistema de proteção por extintores de incêndio;

_____. Instrução Normativa nº 22/2019/CBMSP. Sistemas de hidrantes e mangotinhos para combate à incêndio;

_____. Instrução Normativa nº 28/2019/CBMSP. Manipulação, armazenamento, comercialização e utilização de gás liquefeito de petróleo (GLP);

_____. Instrução Normativa nº 32/2019/CBMSP. Produtos perigosos em edificações e áreas de riscos.

_____. Instrução Normativa nº 36/2019/CBMSP. Pátio de contêineres;

_____. Instrução Normativa nº 37/2019/CBMSP. Subestação elétrica;

_____. Instrução Normativa nº 38/2019/CBMSP. Segurança contra incêndio em cozinha profissional;

_____. Instrução Normativa nº 40/2019/CBMSP. Edificações históricas, museus e instalações culturais com acervos museológicos;

_____. Instrução Normativa nº 41/2019/ CBMSP. Inspeção visual em instalações elétricas de baixa tensão;

_____. Instrução Normativa nº 43/2019/CBMSP. Adaptação às normas de segurança contra incêndio e pânico – Edificações existentes;

_____. Instrução Normativa nº 44/2019/CBMSP. Proteção ao meio ambiente;

ABNT. NBR 5419-1:2015. Proteção contra descargas atmosféricas Parte 1: Princípios gerais;

ABNT. NBR 5419-2:2015. Versão Corrigida em 2018. Proteção contra descargas atmosféricas Parte 2: Gerenciamento de risco;

_____. **NBR 5419-3:2015. Versão Corrigida em 2018. Proteção contra descargas atmosféricas Parte 3: Danos físicos a estruturas e perigos à vida;**

_____. **NBR 5419-4:2015. Versão Corrigida em 2018. Proteção contra descargas atmosféricas Parte 4: Sistemas elétricos e eletrônicos internos na estrutura;**

_____. **NBR 5667-1:2006. Hidrantes urbanos de incêndio de ferro fundido dúctil Parte 1: Hidrantes de coluna;**

_____. **NBR 5667-2:2006. Hidrantes urbanos de incêndio de ferro fundido dúctil Parte 2: Hidrantes subterrâneos;**

_____. **NBR 5667-3:2006. Hidrantes urbanos de incêndio de ferro fundido dúctil Parte 3: Hidrante de colunas com obturação própria;**

_____. **NBR 9077:2001. Saídas de emergência em edifícios;**

_____. **NBR 11742:2018. Portas corta-fogo para saída de emergência;**

_____. **NBR 12693:2021. Sistemas de proteção por extintores de incêndio;**

_____. **NBR 12779:2009. Mangueira de incêndio - Inspeção, manutenção e cuidados;**

_____. **NBR 13523:2019. Central de gás Liquefeito de Petróleo – GLP;**

_____. **NBR 13714:2000. Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio;**

_____. **NBR 14276:2020. Brigada de incêndio;**

_____. **NBR 16820:2020. Versão Corrigida 2:2021 . Sistemas de sinalização de emergência: Projetos, requisitos e métodos de ensaio;**

_____. **NBR 17240:2010. Sistemas de detecção e alarme de incêndio – Projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme de incêndio – Requisitos.**

5.1.2. Serviço continuado ou não com mão de obra ou não:

O serviço não será de natureza continuada.

5.1.3. Duração inicial do contrato:

Pela natureza do contrato.

5.1.4. Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregada:

A empresa deverá seguir as legislações e normas técnicas, conforme o item 5.1.1, além de outras que se façam necessárias, a fim de elaborar os seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) de maneira atualizado, aprovado pelo CBMSE e com entendimento técnico correto para futura empresa que executará o projeto.

5.1.5. Quadro com soluções de mercado:

No Brasil e no estado de Sergipe existem diversas empresas especializadas na elaboração dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP).

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.3. **(SUPRESSÃO)** ~~A quantidade estimada de deslocamentos é de _____. Há a necessidade de hospedagem, estimada em....~~

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6.2. **A empresa Contratada deve inserir no memorial descritivo de cada Projeto Executivo: do PSCIP, do SPDA e da Central de GLP (ou Central Individual de GLP), de cada campus, os critérios de sustentabilidade, conforme as legislações abaixo:**

6.2.1. Lei nº 8.666/1993: Art. 12. Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos: I - segurança; II - funcionalidade e adequação ao interesse público; III - economia na execução, conservação e operação; IV - possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação; V - facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço; VI - adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas; VII - impacto ambiental.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

6.2.2. Decreto nº 7.746/2012: Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras: I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento

6.2.3. Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG: Art. 4º Nos termos do art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como: I – uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável; II – automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença; III – uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes; IV – energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água; V – sistema de medição individualizado de consumo de água e energia; VI – sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados; VII – aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento; VIII – utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e IX – comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço. § 1º Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas; § 2º O Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes. § 3º Os instrumentos convocatórios e contratos de obras e serviços de engenharia deverão exigir o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, bem como o fiel cumprimento do PGRCC, sob pena de multa, estabelecendo, para efeitos de fiscalização, que todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, disponibilizando campo específico na planilha de composição dos custos. § 4º No projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization). § 5º Quando a contratação envolver a utilização de bens e a empresa for detentora da norma ISO 14000, o instrumento convocatório, além de estabelecer diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro de empresas de bens, deverá exigir a comprovação de que o licitante adota práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

6.2.4. Lei nº 12.305/2010: Art. 3º, Inciso XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

- 7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 7 horas às 12 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (79) 3711-1860, Diretoria de Licitações e Contratos do IFS.
- 7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.2.2. **Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017; ou**
- 7.2.3. **Aos que optarem não realizar a vistoria, será necessário, no momento da habilitação no certame, envio de Declaração emitida pelo licitante de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade).**
- 7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Etapa 1: Levantamentos de dados preliminares por meio de vistorias “in loco” e das análises das plantas existentes fornecida pela CONTRATANTE.

- 8.1.1.1. **Os serviços de estudos e levantamentos “in loco” serão de total responsabilidade do Contratado. Deverão ser elaborados por Engenheiro Civil, em nível de graduação, ou Arquiteto ou Engenheiro, portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, em nível de pós-graduação, devidamente habilitado e registrado no CAU ou CREA, respectivamente e mediante recolhimento da correspondente RRT ou ART;**

- 8.1.1.2. **As condições das edificações existentes deverão ser consideradas para a elaboração dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP), de cada campus;**
- 8.1.1.3. **Caberá à CONTRATADA a verificação da conformidade dos layouts, sendo de sua responsabilidade a realização das adequações e/ou complementações nos projetos fornecidos pela CONTRATANTE.**
- 8.1.1.4. **Nas edificações que já existirem dispositivos como hidrantes, reservatórios com reserva de incêndio, instalações de iluminação de emergência autônoma e alarme, estes deverão ser cadastrados e verificados suas condições de integridade a fim de avaliar a preservação destas instalações.**
- 8.1.1.5. **Efetuar uma avaliação das instalações elétricas do prédio, verificar a compatibilidade com as normas da ABNT e os padrões da concessionária de energia elétrica local, contendo recomendações técnicas pertinentes, consoantes com a edificação, indicando as medidas preventivas e corretivas que servirão de subsídios para a elaboração do Projeto Executivo do PSCIP;**
- 8.1.1.6. **Efetuar uma avaliação do Sistema de Proteção contra Descarga Atmosférica existente de cada campus, caso exista, conforme ABNT, para servir de subsídio para elaboração do novo Projeto Executivo do SDPA.**
- 8.1.1.7. **Efetuar uma avaliação das Centrais de GLP (ou Centrais Individuais de GLP) existente em cada campus, conforme ABNT, para servir de subsídio para elaboração do novo Projeto Executivo das Centrais de GLP (ou Centrais Individuais de GLP).**
- 8.1.1.8. **A CONTRATADA deverá emitir um relatório de conclusão da etapa onde deverão constar as inconformidades encontradas, as adequações/modificações realizadas, situação das instalações existentes e outras informações pertinentes à etapa.**
- 8.1.1.9. **A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço, para a conclusão da etapa e entrega do relatório à DIPOP/PRODIN/IFS.**
- 8.1.2. **Etapa 2: Estudo Técnico/Anteprojeto dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP).**
- 8.1.2.1. **O Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico deverá ser elaborado conforme exigido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe, em atendimento à seguinte legislação e normativos, com suas eventuais alterações, conforme o item 5.1.1 e demais legislações vigentes ou alterações;**
- 8.1.2.2. **Para a elaboração do anteprojeto, a CONTRATADA deverá priorizar o uso de instalações aparentes, salvo nos casos de comprovada inviabilidade técnica.**
- 8.1.2.3. **Os Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e**

Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) serão de total responsabilidade do Contratado;

- 8.1.2.4. O Projeto Executivo: Projeto de Prevenção e contra Incêndio e Pânico – PSCIP deverá ser elaborado por Engenheiro Civil, em nível de graduação, ou Arquiteto ou Engenheiro, portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, em nível de pós-graduação, devidamente habilitado e registrado no CAU ou CREA, respectivamente e mediante recolhimento da correspondente RRT ou ART;**
- 8.1.2.5. O Projeto Executivo do SPDA deverá ser elaborado por um profissional legalmente habilitado e registrado no CONFEA - CREA, acompanhado da devida ART.**
- 8.1.2.6. A CONTRATADA deverá apresentar Laudo de SPDA para todos os campi, indicando as características levantadas no empreendimento, apresentação dos cálculos e indicação da sua necessidade ou não de acordo com a NBR 5419/2015, entre outras NBRs.**
- 8.1.2.7. O Projeto Executivo da Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) deverá ser elaborado por um profissional legalmente habilitado e registrado no CONFEA – CREA, acompanhado da devida ART.**
- 8.1.2.8. A CONTRATADA deverá apresentar Laudo da Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) para todos os campi, indicando as características levantadas no empreendimento, apresentação dos cálculos e indicação da sua necessidade ou não de acordo com a NBR 13523/2019, entre outras NBRs.**
- 8.1.2.9. O Contratado deverá elaborar os projetos em conformidade com os dispostos nos itens 11 e 12, deste Termo de Referência;**
- 8.1.2.10. Todos os desenhos e demais materiais gráficos deverão estar de acordo com as exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;**
- 8.1.2.11. Todos os memoriais, protocolos, etiquetas, identificações e demais documentos deverão estar de acordo com as exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe e legislações vigentes.**
- 8.1.2.12. Os anteprojetos a serem entregues para a aprovação da equipe técnica da DIPOP/PRODIN/IFS deverão ser representados em plantas de implantação, plantas baixas, plantas de situação, plantas de cobertura, fachadas, cortes e deverão, para cada caso, conter:**
- 8.1.2.12.1. Projeto Executivo: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico:**
- 8.1.2.12.1.1. Sinalização de segurança contra incêndio e pânico;**
 - 8.1.2.12.1.2. Iluminação de emergência e balizamento;**
 - 8.1.2.12.1.3. Hidrantes e mangotinhos;**
 - 8.1.2.12.1.4. Reserva de incêndio (coluna d'água, bomba, posição, tubulação, entre outros itens);**
 - 8.1.2.12.1.5. Sistema de detecção e alarme;**
 - 8.1.2.12.1.6. Sistema de proteção por extintor;**
 - 8.1.2.12.1.7. Exaustão mecânica para cozinhas e laboratórios;**
 - 8.1.2.12.1.8. Sistema de Prevenção contra Descarga Atmosférica instalado nos prédios;**

- 8.1.2.12.1.9. Sistema de GLP instalados nos prédios, conforme IT 28 do CBMSE;
- 8.1.2.12.1.10. Sistema de gases especiais instalados nos prédios;
- 8.1.2.12.1.11. Armazenamento de líquidos combustíveis e inflamáveis;
- 8.1.2.12.1.12. Outros itens exigidos pelo CBMSE.
- 8.1.2.12.2. Projeto Executivo do Sistema de Proteção contra Descarga Atmosférica:
 - 8.1.2.12.2.1. Subsistema de captação;
 - 8.1.2.12.2.2. Subsistema de descida;
 - 8.1.2.12.2.3. Subsistema aterramento;
 - 8.1.2.12.2.4. Subsistema de equipotencialização;
 - 8.1.2.12.2.5. Outros itens exigidos pela NBR 5419/2015 e outras normas técnicas.
- 8.1.2.12.3. Projeto Executivo da Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP).
 - 8.1.2.12.3.1. Dimensionamento da Central de GLP (ou Central Individual de GLP);
 - 8.1.2.12.3.2. Paineis para Central de GLP;
 - 8.1.2.12.3.3. Rede canalizada do GLP;
 - 8.1.2.12.3.4. Ponto individualizado do GLP;
 - 8.1.2.12.3.5. Outros itens exigidos pela NBR 13523/2019 e outras normas técnicas.
- 8.1.2.13. Elaboração de memoriais descritivos (deve-se inserir os critérios de sustentabilidade, conforme o item 6) e memoriais de cálculos necessários à execução dos Projetos: PSCIP, SPDA e Central de GLP (ou Central Individual), especificando os tipos, modelos e marca dos materiais a serem empregados, bem como o quantitativo dos mesmos e o detalhamento do plano executivo para instalação dos sistemas em questão;
- 8.1.2.14. A CONTRATADA deverá enviar semanalmente a DIPOP/PRODIN/IFS, relatórios dos serviços que estão sendo executados para conferência do andamento do processo.
- 8.1.2.15. O prazo para entrega do anteprojeto será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da conclusão da etapa 1.
- 8.1.2.16. A equipe técnica da DIPOP/PRODIN/IFS terá 15 (quinze) dias corridos para análise dos arquivos entregues.
- 8.1.2.17. Após a análise, conforme o caso, será aceito ou devolvido o projeto com os apontamentos das eventuais inconsistências/erros de projetos detectados. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para correção dos eventuais itens indicados.
- 8.1.3. Etapa 3: Elaboração dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP).

- 8.1.3.1. **A etapa consiste na complementação do anteprojeto, apresentando todos os detalhes de execução, montagem e instalação de componentes dos sistemas, inclusive elementos de suporte, fixação, apoio de dutos e tubulações, isolamentos, matérias específicos e outros.**
- 8.1.3.2. **A CONTRATADA deverá emitir as ART's/RRT's devidamente quitadas de todos os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos.**
- 8.1.3.3. **Plotagem das pranchas e impressão de todos os documentos necessários para a aprovação no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe, na quantidade determinada pelo referido órgão e organizados em pastas, conforme exigido pelo mesmo;**
- 8.1.3.4. **A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da conclusão da etapa 2, para a entrega dos projetos executivos.**
- 8.1.3.5. **A equipe técnica da DIPOP/PRODIN/IFS terá 15 (quinze) dias corridos para análise dos arquivos entregues.**
- 8.1.3.6. **Após a análise, conforme o caso será aceito ou devolvido o projeto com os apontamentos das eventuais inconsistências/erros de projetos detectados. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para correção dos eventuais itens indicados.**

8.1.4. ETAPA 4: Protocolo dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) no Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe e acompanhamento de todas as etapas de aprovação, efetuando todas as correções que se fizerem necessárias ao longo do trâmite:

- 8.1.4.1. **Encaminhamento e protocolo dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;**
- 8.1.4.2. **Acompanhamento do andamento do processo de aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;**
- 8.1.4.3. **Execução de todas as correções necessárias solicitadas por meio dos laudos de avaliação emitidos pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;**
- 8.1.4.4. **Encaminhamento e protocolo das correções realizadas nos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;**
- 8.1.4.5. **Recebimento dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;**
- 8.1.4.6. **Entrega dos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas –**

SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe aos cuidados da DIPOP/PRODIN/IFS.

8.1.4.7. Concomitantemente com os tramites para aprovação dos projetos no CBMSE, a CONTRATADA iniciará a elaboração das demais peças técnicas como: orçamento analítico, cronograma físico-financeiro, composições de custos, memorial descritivo e caderno de especificações e encargos.

8.1.4.8. Estima-se, para esta etapa, o prazo de 60 (sessenta) dias corridos para que o projeto seja aprovado no Corpo de Bombeiros.

8.1.5. ETAPA 5: Entrega dos Projetos Executivos aprovados: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) à DIPOP/PRODIN/IFS, acompanhados das planilhas orçamentárias com memória de cálculo, composições de custos unitários, composição do BDI, cadernos de encargos, memoriais descritivos, declarações de compatibilidade de custos do SINAPI e demais documentos, para conferência e assinatura:

8.1.5.1. Conclusão e entrega das planilhas orçamentárias com memória de cálculo, composições de custos unitários, composição do BDI, cadernos de encargos, memoriais descritivos, declarações de compatibilidade de custos do SINAPI e demais documentos;

8.1.5.2. A planilha quantitativo-orçamentária deverá contemplar todos os serviços constantes nos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) nos demais documentos técnicos, memoriais descritivos e de cálculos que o embasam e o integram. Deverá ser elaborada em arquivo com extensão .xls, na versão Microsoft Office do Windows XP ou superior, não devendo conter itens com unidades genéricas como “verba”, “conjunto”, “ponto” ou similares.

8.1.5.3. A taxa de Bonificação de Despesas Indiretas (BDI ou LDI), aplicada sobre o custo direto total da obra, deverá contemplar somente as seguintes despesas:

8.1.5.3.1. Taxa de rateio da Administração Central;

8.1.5.3.2. Taxa das despesas indiretas;

8.1.5.3.3. Taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento;

8.1.5.3.4. Taxa de tributos (COFINS, PIS e ISS);

8.1.5.3.5. Margem ou lucro.

8.1.5.4. Despesas relativas à administração local de obras, mobilização e desmobilização e instalação e manutenção do canteiro deverão ser incluídas na planilha orçamentária da obra como custo direto, salvo em condições excepcionais devidamente justificadas.

8.1.5.5. Deverá ser apresentada declaração expressa do autor das planilhas orçamentárias quanto à compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes de referidas planilhas com os quantitativos do projeto de engenharia e os custos do SINAPI, ou, caso não seja possível, que seja declinada a justificativa nos termos da LDO vigente, qual seja, a Lei

12.708/2012, precisamente em seu artigo 102. Sempre priorizando os custos descritos no SINAPI, quando houver. Admite-se para os itens onde não haja correspondência no SINAPI, a busca de preços no mercado, quando então devem ser juntadas ao menos três cotações de preços assinadas e carimbadas ou com identificação da empresa.

8.1.5.6. Deverá ser apresentado ainda:

8.1.5.6.1. Composições analíticas de preços unitários dos custos dos serviços de todos os itens da planilha orçamentária, com memória de cálculo;

8.1.5.6.2. Composição da taxa de BDI deverá ser entregue pela Contratada, pois os preços foram retirados da tabela de honorários para projetos/consultorias/serviços de engenharia elaborada anualmente pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe, por refletir valores mais aproximados para o mercado local;

8.1.5.6.3. Composição dos encargos sociais deverá ser entregue pela Contratada, pois os preços foram retirados da tabela de honorários para projetos/consultorias/serviços de engenharia elaborada anualmente pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe, por refletir valores mais aproximados para o mercado local.

8.1.5.7. A planilha deverá ser gravada em mídia DVD-R, impressa e encadernada (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Essa planilha, tanto gravada em mídia quanto encadernada, deverá ser entregue em 2 (dois) conjunto completo de cada.

8.1.5.8. O cronograma físico-financeiro dos serviços constantes nos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) e da planilha orçamentária deverá ser elaborado em extensão .xls, na versão Microsoft Office do Windows XP ou superior.

8.1.5.9. O cronograma deverá ser gravado em mídia DVD-R, impresso e encadernado (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Esse cronograma, tanto gravado em mídia quanto encadernado, deverá ser entregue em 2 (dois) conjunto completo de cada.

8.1.5.10. O caderno de encargos e o memorial descritivo deverão ser entregues contendo a descrição de todos os serviços previstos em projeto e planilha de forma a garantir a perfeita execução de todos os sistemas da obra, acompanhados de memórias de cálculo.

8.1.5.11. O caderno de encargos e o memorial descritivo deverão ser gravados em mídia DVD-R, impressos e encadernados (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Esses documentos, tanto gravados em mídia quanto encadernados, deverão ser entregues em 2 (dois) conjunto completo de cada.

8.1.5.12. Os Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) deverão ser entregues em extensão .dwg, em software Autocad, da Autodesk, em escala adequada.

- 8.1.5.13. **Os Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) deverão ser gravados em mídia DVD-R e plotado, dobrado e encadernado (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Esse projeto, tanto gravado em mídia quanto encadernado, deverá ser entregue em 2 (dois) conjuntos completos de cada, acompanhados das vias aprovadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe.**
- 8.1.5.14. **A planilha deverá conter memória de cálculo, composições de custos unitários e composição do BDI e deverá ser gravada em mídia DVD-R, impressa e encadernada (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Essa planilha, tanto gravada em mídia quanto encadernada, deverá ser entregue em 2 (dois) conjuntos completos de cada.**
- 8.1.5.15. **O cronograma físico-financeiro dos serviços constantes nos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) e da planilha orçamentária deverá ser elaborado em extensão .xls, na versão Microsoft Office do Windows XP ou superior.**
- 8.1.5.16. **O cronograma deverá ser gravado em mídia DVD-R, impresso e encadernado (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Esse cronograma, tanto gravado em mídia quanto encadernado, deverá ser entregue em 2 (dois) conjuntos completos de cada.**
- 8.1.5.17. **O caderno de encargos e o memorial descritivo deverão ser entregues contendo a descrição de todos os serviços previstos em projeto e planilha de forma a garantir a perfeita execução de todos os sistemas da obra, acompanhados de memórias de cálculo.**
- 8.1.5.18. **O caderno de encargos e o memorial descritivo deverão ser gravados em mídia DVD-R e impressos e encadernados (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Esses documentos, tanto gravados em mídia quanto encadernados, deverão ser entregues em 02 (dois) conjuntos completos de cada.**
- 8.1.5.19. **A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de aprovação dos projetos pelo CBMSE, para a conclusão da planilha orçamentária, caderno de encargos e demais documentos dos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP), descrito no Termo de Referência, e entrega à DIPOP/PRODIN/IFS.**
- 8.1.5.20. **Após a entrega dos documentos, será necessária a análise dos mesmos pela equipe técnica da DIPOP/PRODIN/IFS, que demandará 15 (quinze) dias corridos.**
- 8.1.5.21. **Após a análise, conforme o caso, serão aceitos ou devolvidos os documentos e planilhas com os apontamentos das eventuais inconsistências / erros detectados. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para correção dos eventuais itens indicados.**

8.1.6. Os serviços serão destinados aos campi abaixo:

LOCAL	ENDEREÇO
IFS -CAMPUS ARACAJU	Avenida Gentil Tavares, nº 1166, Bairro Getúlio Vargas, Aracaju/SE
IFS – CAMPUS LAGARTO	Rua Cauby, nº 523, Bairro Jardim Campo Novo, Lagarto/SE;
IFS – CAMPUS SÃO CRISTOVÃO	Br 101 Km 96 – Povoado Quissamã – São Cristóvão/SE.

9. (SUPRESSÃO) - MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 10.2. Os campi Aracaju, São Cristóvão e Lagarto são as unidades mais antigas do IFS e ao longo dos anos foram feitas diversas adequações físicas nesses campi, sem consultar a equipe técnica da DIPOP e do NIST, por isso torna-se importante e de responsabilidade da CONTRATADA os estudos e levantamentos “in loco”.
- 10.2.1. Os estudos e levantamentos “in loco” para o Projeto Executivo: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico, deverão ser elaborados por Engenheiro Civil, em nível de graduação, ou Arquiteto ou Engenheiro, portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, em nível de pós-graduação, devidamente habilitado e registrado no CAU ou CREA, respectivamente e mediante recolhimento da correspondente RRT ou ART.
- 10.2.2. Os estudos e levantamentos “in loco” para o Projeto Executivo: Projeto do Sistema de Proteção contra Descarga Atmosférica, conforme a NBR 13523/2019, deverão ser elaborados por Engenheiro Eletricista, em nível de graduação, devidamente habilitado e registrado no CREA, respectivamente e mediante recolhimento da correspondente ART.
- 10.2.3. Os estudos e levantamentos “in loco” para o Projeto Executivo: Projeto da Central de GLP (ou Central Individual de GLP), conforme a NBR 5419/2015, deverão ser elaborados por Engenheiro Mecânico, em nível de graduação, devidamente habilitado e registrado no CREA, respectivamente e mediante recolhimento da correspondente ART.
- 10.3. Caberá à CONTRATADA a verificação da conformidade dos layouts, sendo de sua responsabilidade a realização das adequações e/ou complementações nos projetos fornecidos pela CONTRATANTE.
- 10.4. A Contratada deverá inserir no memorial descritivo dos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP), de cada campus, os critérios de sustentabilidade, conforme as legislações do item 6, deste Termo de Referência.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. ~~(SUPRESSÃO) Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:~~
 - 11.10.1. ~~"as built", elaborado pelo responsável por sua execução;~~
 - 11.10.2. ~~comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;~~
 - 11.10.3. ~~laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;~~
 - 11.10.4. ~~carta "habite-se", emitida pela prefeitura;~~
 - 11.10.5. ~~certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;~~
- 11.11. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

- 11.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) *certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado*; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.7.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

- 12.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

- 12.24. ~~(SUPRESSÃO) Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.~~
- 12.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 12.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 12.27. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 12.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 12.29. ~~(SUPRESSÃO) Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;~~
- 12.30. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 12.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.33. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 12.34. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 12.35. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 12.35.1. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 12.36. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 12.37. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 12.38. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 12.39. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

- 12.40. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 12.40.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
 - 12.40.2. Cópia dos Comproverantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
 - 12.40.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
 - 12.40.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 12.41. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 12.41.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
 - 12.41.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - 12.41.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
 - 12.41.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - 12.41.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
 - 12.41.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
 - 12.41.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas,

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

- 12.41.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 12.42. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 12.42.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 12.42.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 12.42.3. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- 12.43. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 12.44. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;
- 12.45. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);
- 12.46. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:
- 12.46.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos

construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

- 12.47. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.
- 12.48. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.
- 12.49. **Todos os memoriais, protocolos, etiquetas, identificações e demais documentos dos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) deverão estar de acordo com as exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe e as normas técnicas da ABNT.**
- 12.50. **Entrega dos projetos aprovados, acompanhados das planilhas orçamentárias, cadernos de encargos, memoriais descritivos e demais documentos necessários para a licitação da obra de execução dos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) dos campi Aracaju, Lagarto e São Cristóvão:**
- 12.50.1. **Os Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) deverão ser entregues em extensão .dwg, em software Autocad, da Autodesk, em escala adequada;**
- 12.50.2. **Os Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) deverão ser gravados em mídia DVD-R e plotado, dobrado e encadernado (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Esse projeto, tanto gravado em mídia quanto encadernado, deverá ser entregue em 02 (dois) conjuntos completos de cada, acompanhados das vias aprovadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;**
- 12.50.3. **A planilha deverá conter memória de cálculo, composições de custos unitários e composição do BDI e deverá ser gravada em mídia DVD-R, impressa e encadernada (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Essa planilha, tanto gravada em mídia quanto encadernada, deverá ser entregue em 02 (dois) conjuntos completos de cada;**
- 12.50.4. **O cronograma físico-financeiro dos serviços constantes nos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) e da planilha orçamentária deverá**

ser elaborado em extensão .xls, na versão Microsoft Office do Windows XP ou superior;

- 12.50.5. O cronograma deverá ser gravado em mídia DVD-R, impresso e encadernado (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Esse cronograma, tanto gravado em mídia quanto encadernado, deverá ser entregue em 02 (dois) conjuntos completos de cada;
- 12.50.6. O caderno de encargos e o memorial descritivo deverão ser entregues contendo a descrição de todos os serviços previstos em projeto e planilha de forma a garantir a perfeita execução de todos os sistemas da obra, acompanhados de memórias de cálculo;
- 12.50.7. O caderno de encargos e o memorial descritivo deverão ser gravados em mídia DVD-R e impressos e encadernados (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Esses documentos, tanto gravados em mídia quanto encadernados, deverão ser entregues em 02 (dois) conjuntos completos de cada;
- 12.50.8. Esses serviços serão recebidos pela Seção de Projetos, quaisquer correções que se fizerem necessárias deverão ser feitas sem ônus para o IFS e serão aceitos apenas mediante aprovação da DIPOP/PRODIN/IFS.
- 12.51. A CONTRATADA deverá apresentar, na fase de habilitação do certame, atestado (s) de capacidade técnica, devidamente assinado pela empresa ou órgão CONTRATANTE, com execução de objeto similar ao registrado desse termo, sob pena de desclassificação.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

- 15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo de referência.
- 15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.13. ~~(SUPRESSÃO) A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas.~~
- 15.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará **o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo X, além do Critério de desconto sobre o valor unitário em decorrência da não elaboração de alguns projetos, conforme Anexo IX**, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios, de execução e medição de cada item da Planilha da Composição do Preço Unitário.
- 16.2.1. A mensuração do resultado será valor unitário dos itens, conforme a Planilha da Composição do Preço Unitário;
- 16.2.2. A produtividade de referência será a instalação dos itens nos Projetos, conforme Planilha da Composição do Preço Unitário;
- 16.2.3. Os indicadores de desempenho para eventual glosa será a produtividade e prazo para entrega.
- 16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 16.3.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a cada etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, nos termos abaixo:
- 17.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 17.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 17.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 17.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 17.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 17.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

- 17.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 17.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 17.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- 17.2.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 17.2.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 17.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 17.2.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 17.3. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 17.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 17.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 17.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 17.4. **(SUPRESSÃO)** ~~Nos contratos de escopo, o recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:~~
- 17.4.1. ~~provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até xxxx dias da comunicação escrita do contratado;~~

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

- 17.4.2. ~~definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;~~
- 17.4.3. ~~O prazo para recebimento definitivo será de xxxx dias.~~
- 17.4.4. ~~Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.~~
- 17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

- 18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.5.1. o prazo de validade;
- 18.5.2. a data da emissão;
- 18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.5.5. o valor a pagar; e
- 18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

- 18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

- 18.17. **É importante ressaltar que, os PREÇOS UNITÁRIOS, dos Projetos Executivos: PSCIP, SPDA e Central de GLP (ou Central Individual de GLP) foram estimados pela tabela de honorários para projetos/consultorias/serviços de engenharia elaborada anualmente pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe, conforme ANEXO III – Planilha n. 2.**
- 18.18. **Só serão pagos os serviços efetivamente realizados, sob o regime de execução estabelecido: empreitada por preço unitário, o desconto será em forma de porcentagem, conforme o ANEXO IX – Planilha n. 7 - Critério de desconto sobre o valor unitário em decorrência da não elaboração de alguns projetos.**

19. REAJUSTE

- 19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.
- 19.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se na tabela de honorários para projetos/consultorias/serviços de engenharia elaborada anualmente pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe do mês janeiro do ano de 2021.
- 19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se a variação, em porcentagem, dos últimos 2 anos da tabela de honorários para projetos/consultorias/serviços de engenharia elaborada anualmente pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
- $$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$
- R = Valor do reajuste procurado;
- V = Valor contratual a ser reajustado;
- I^0 = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
- I = Índice relativo ao mês do reajustamento;
- 19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.
- 20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 20.10. Será considerada extinta a garantia:
- 20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado,

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

- 20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
 - e) cometer fraude fiscal.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - ii) **Multa de:**
 - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

- (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
 Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
 (79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
----	--	----

- 21.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 21.6.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 21.6.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 21.6.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 22.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;
- 22.3.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:
- 22.3.2.1. A Contratada deve observar e seguir a tabela abaixo:

Item	Serviço de maior relevância técnica	Quantidade			
		Unidade	A ser executado	Percentual máximo recomendado pelo TCU (50%)	Percentual mínimo a ser comprovado (30%)
1	Projeto Executivo: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP	m ²	33.507,62	16.753,81	10.052,28

- 22.3.3. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:
- 22.3.3.1. O atestado de capacidade técnica, enquanto documento elaborado pelo contratante da empresa participante do certame, deverá contar com a descrição das características técnicas serviços de elaboração do Projeto Executivo: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico - PSCIP e atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato. Importante, da mesma forma, que seja firmado por representante legal do contratante, indique sua data de emissão, mencione o documento de responsabilidade técnica expedido em razão dos serviços executados (Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT), dentre outros elementos julgados relevantes pela área técnica que dará suporte aos agentes públicos responsáveis pela aferição da qualificação técnica de cada licitante.
- 22.3.4. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou o Registro de Responsabilidade Técnica –

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

- 22.3.4.1. **Para o Engenheiro Civil, além de qualquer Engenheiro ou Arquiteto com Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, devidamente registrado no CREA/CAU, acompanhado da devida ART: serviços do Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico - PSCIP, conforme o item 5.1.1, deste Termo de Referência.**
- 22.3.4.2. **Para o Engenheiro Eletricista, devidamente registrado no CREA/CAU, acompanhado da devida ART: serviços para elaborar o Sistema de Proteção contra Descarga Atmosférica - SPDA, conforme a NBR 13523/2019 e outras, caso necessário.**
- 22.3.4.3. **Para o Engenheiro Civil ou Mecânico e Arquiteto devidamente registrado no CREA/CAU, acompanhado da devida ART ou RRT: serviços para elaborar o Projeto da Central de GLP (ou Central Individual de GLP), conforme a NBR 5419/2015 e outras, caso necessário.**
- 22.3.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.
- 22.3.6. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.
- 22.3.7. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.
- 22.3.8. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.
- 22.3.8.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.
- 22.3.9. ~~(SUPRESSÃO) Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei.....;~~
- 22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 22.4.1. Valor Global: R\$ 243.449,25 (Duzentos e quarenta e três mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e vintes e cinco centavos).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

- 22.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital e no ANEXO III, deste Termo de Referência.
- 22.5. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos.
- 22.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 22.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
- 23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 23.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 243.449,25.
- 24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**
- 24.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, utilizará recursos do ano de 2021.

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- **Anexo I – Termo de justificativas técnicas relevantes**

Justificativas técnicas relevantes

1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

Entendemos existir a necessidade de estruturação da instituição, para atender e proteger os discentes, terceirizados e servidores, observando às legislações e normas técnicas abaixo, além de outras, caso necessário:

BRASIL. Lei 8.666/1993. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

_____. Lei 10.520/2002. Institui modalidade de licitação denominada Pregão;

_____. Lei 12.527/2011. Regulamenta o acesso às informações previsto na Constituição Federal;

_____. Instrução Normativa 05/2017/SEGES/MP. Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob regime de contratação indireta no âmbito da Administração Pública Federal;

_____. Instrução Normativa Conjunta MP/CGU N. 01, de 2016. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal;

_____. Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Regulamentada pela Portaria nº 3.214/78 através da Norma Regulamentadora nº 23 (Proteção Contra Incêndios) do Ministério do Trabalho e Emprego;

SERGIPE. Lei Estadual nº 8.151, de 21 de novembro de 2016. Estabelece e define critérios acerca de sistemas de segurança contra incêndio e pânico para edificações no Estado de Sergipe e revoga a Lei

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

nº 4.183, de 22 de dezembro de 1999, e dá providências correlatas;

SERGIPE. Lei Estadual nº 8.809, de 29 de dezembro de 2020. Acrescenta o art.31-A e altera as Tabelas II, IV e V do Anexo Único da Lei nº 8.638, de 27 de dezembro de 2019, que institui a Taxa Estadual de Fiscalização e Serviços Diversos - TFSD, altera as Leis nº 6.425, de 20 de junho de 2008, nº 6681, de 28 de agosto de 2009, e nº 7651, de 31 de maio de 2013, e dá providências correlatas;

_____. Decreto nº 40.637, de 30 de julho de 2020. Institui o Regulamento de Segurança contra incêndio e pânico das edificações e áreas de risco no Estado de Sergipe, em conformidade com a Lei nº 8.151, de 21 de novembro de 2016, revoga o Decreto nº 30.954, de 1º de fevereiro de 2018, e dá providências correlatas;

_____. Instrução Técnica nº 01/2021. Procedimentos Administrativos, 2021;

SÃO PAULO. Instrução Normativa nº 06/2019/CBMSP. Acesso de viatura nas edificações e áreas de riscos;

SÃO PAULO. Instrução Normativa nº 07/2019/CBMSP. Separação entre edificações (isolamento de risco);

SÃO PAULO. Instrução Normativa nº 10/2019/CBMSP. Controle de materiais de acabamento e de revestimento;

_____. Instrução Normativa nº 11/2019/CBMSP. Saídas de Emergência;

_____. Instrução Normativa nº 12/2019/CBMSP. Centros esportivos e exibição – requisitos de segurança contra incêndio;

_____. Instrução Normativa nº 17/2019/CBMSP. Brigada de Incêndio;

_____. Instrução Normativa nº 18/2019/CBMSP. Iluminação de Emergência

_____. Instrução Normativa nº 19/2019/CBMSP. Sistema de detecção e alarme de incêndio;

_____. Instrução Normativa nº 20/2019/CBMSP. Sinalização de Emergência;

_____. Instrução Normativa nº 21/2019/CBMSP. Sistema de proteção por extintores de incêndio;

_____. Instrução Normativa nº 22/2019/CBMSP. Sistemas de hidrantes e mangotinhos para combate à incêndio;

_____. Instrução Normativa nº 28/2019/CBMSP. Manipulação, armazenamento, comercialização e utilização de gás liquefeito de petróleo (GLP);

_____. Instrução Normativa nº 32/2019/CBMSP. Produtos perigosos em edificações e áreas de riscos.

_____. Instrução Normativa nº 36/2019/CBMSP. Pátio de contêineres;

_____. Instrução Normativa nº 37/2019/CBMSP. Subestação elétrica;

_____. Instrução Normativa nº 38/2019/CBMSP. Segurança contra incêndio em cozinha profissional;

_____. Instrução Normativa nº 40/2019/CBMSP. Edificações históricas, museus e instalações culturais com acervos museológicos;

_____. Instrução Normativa nº 41/2019/ CBMSP. Inspeção visual em instalações elétricas de baixa tensão;

_____. Instrução Normativa nº 43/2019/CBMSP. Adaptação às normas de segurança contra incêndio

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

e pânico – Edificações existentes;

_____. Instrução Normativa nº 44/2019/CBMSP. Proteção ao meio ambiente;

ABNT. NBR 5419-1:2015. Proteção contra descargas atmosféricas Parte 1: Princípios gerais;

ABNT. NBR 5419-2:2015. Versão Corrigida em 2018. Proteção contra descargas atmosféricas Parte 2: Gerenciamento de risco;

_____. NBR 5419-3:2015. Versão Corrigida em 2018. Proteção contra descargas atmosféricas Parte 3: Danos físicos a estruturas e perigos à vida;

_____. NBR 5419-4:2015. Versão Corrigida em 2018. Proteção contra descargas atmosféricas Parte 4: Sistemas elétricos e eletrônicos internos na estrutura;

_____. NBR 5667-1:2006. Hidrantes urbanos de incêndio de ferro fundido dúctil Parte 1: Hidrantes de coluna;

_____. NBR 5667-2:2006. Hidrantes urbanos de incêndio de ferro fundido dúctil Parte 2: Hidrantes subterrâneos;

_____. NBR 5667-3:2006. Hidrantes urbanos de incêndio de ferro fundido dúctil Parte 3: Hidrante de colunas com obturação própria;

_____. NBR 9077:2001. Saídas de emergência em edifícios;

_____. NBR 11742:2018. Portas corta-fogo para saída de emergência;

_____. NBR 12693:2021. Sistemas de proteção por extintores de incêndio;

_____. NBR 12779:2009. Mangueira de incêndio - Inspeção, manutenção e cuidados;

_____. NBR 13523:2019. Central de gás Liquefeito de Petróleo – GLP;

_____. NBR 13714:2000. Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio;

_____. NBR 14276:2020. Brigada de incêndio;

_____. NBR 16820:2020. Versão Corrigida 2:2021. Sistemas de sinalização de emergência: Projetos, requisitos e métodos de ensaio;

_____. NBR 17240:2010. Sistemas de detecção e alarme de incêndio – Projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme de incêndio – Requisitos.

2. Serviço continuado ou não com mão de obra ou não:

O serviço não será de natureza continuada.

3. Duração inicial do contrato:

Pela natureza do contrato.

4. Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregada:

A empresa deverá seguir as legislações e normas técnicas, conforme o item 5.1.1, além de outras que se façam necessárias, a fim de elaborar os seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) de maneira atualizado, aprovado pelo CBMSE e com entendimento técnico correto para

futura empresa que executará o projeto.

5. Quadro com soluções de mercado:

No Brasil e no estado de Sergipe existem diversas empresas especializadas na elaboração dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP).

6. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

7. Critérios de sustentabilidade

7.1.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

7.1.2. A empresa Contratada deve inserir no memorial descritivo de cada Projeto Executivo: do PSCIP, do SPDA e da Central de GLP (ou Central Individual de GLP), de cada campus, os critérios de sustentabilidade, conforme as legislações abaixo:

7.1.2.1. Lei nº 8.666/1993: Art. 12. Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos: I - segurança; II - funcionalidade e adequação ao interesse público; III - economia na execução, conservação e operação; IV - possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação; V - facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço; VI - adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas; VII - impacto ambiental.

7.1.2.2. Decreto nº 7.746/2012: Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras: I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e VII - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; VIII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e IX - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento

7.1.2.3. Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG: Art. 4º Nos termos do art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como: I - uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável; II - automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença; III - uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes; IV - energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água; V - sistema de medição individualizado de consumo de água e energia; VI - sistema de reúso de água e de tratamento de efluentes gerados; VII - aproveitamento da água

da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento; VIII – utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e IX – comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço. § 1º Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas; § 2º O Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes. § 3º Os instrumentos convocatórios e contratos de obras e serviços de engenharia deverão exigir o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, bem como o fiel cumprimento do PGRCC, sob pena de multa, estabelecendo, para efeitos de fiscalização, que todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, disponibilizando campo específico na planilha de composição dos custos. § 4º No projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization). § 5º Quando a contratação envolver a utilização de bens e a empresa for detentora da norma ISO 14000, o instrumento convocatório, além de estabelecer diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro de empresas de bens, deverá exigir a comprovação de que o licitante adota práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

7.1.2.4. Lei nº 12.305/2010: Art. 3º, Inciso XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

- **Anexo II – Caderno de Encargos e Especificações Técnicas;**

O caderno de encargos sociais deverá ser entregue pela Contratada, pois os preços foram retirados da tabela de honorários para projetos/consultorias/serviços de engenharia elaborada anualmente pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe, por refletir valores mais aproximados para o mercado local.

Especificações Técnicas

- 4.1.** Os campi Aracaju, São Cristóvão e Lagarto são as unidades mais antigas do IFS e ao longo dos anos foram feitas diversas adequações físicas nesses campi, sem consultar a equipe técnica da DIPOP e do NIST, por isso torna-se importante e de responsabilidade da CONTRATADA os estudos e levantamentos “in loco”.
- 4.2.** Os estudos e levantamentos “in loco” para o Projeto Executivo: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico, deverão ser elaborados por Engenheiro Civil, em nível de graduação, ou Arquiteto ou Engenheiro, portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

Segurança do Trabalho, em nível de pós-graduação, devidamente habilitado e registrado no CAU ou CREA, respectivamente e mediante recolhimento da correspondente RRT ou ART.

4.3. Os estudos e levantamentos “in loco” para o Projeto Executivo: Projeto do Sistema de Proteção contra Descarga Atmosférica, conforme a NBR 13523/2019, deverão ser elaborados por Engenheiro Eletricista, em nível de graduação, devidamente habilitado e registrado no CREA, respectivamente e mediante recolhimento da correspondente ART.

4.4. Os estudos e levantamentos “in loco” para o Projeto Executivo: Projeto da Central de GLP (ou Central Individual de GLP), conforme a NBR 5419/2015, deverão ser elaborados por Engenheiro Mecânico, em nível de graduação, devidamente habilitado e registrado no CREA, respectivamente e mediante recolhimento da correspondente ART.

4.5. Caberá à CONTRATADA a verificação da conformidade dos layouts, sendo de sua responsabilidade a realização das adequações e/ou complementações nos projetos fornecidos pela CONTRATANTE.

4.6. A Contratada deverá inserir no memorial descritivo dos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP), de cada campus, os critérios de sustentabilidade, conforme as legislações do item 6, deste Termo de Referência

4.7. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.8. ETAPA 1: Levantamentos de dados preliminares por meio de vistorias “in loco” e das análises das plantas existentes fornecida pela CONTRATANTE.

4.8.1. Os serviços de estudos e levantamentos “in loco” serão de total responsabilidade do Contratado. Deverão ser elaborados por Engenheiro Civil, em nível de graduação, ou Arquiteto ou Engenheiro, portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, em nível de pós-graduação, devidamente habilitado e registrado no CAU ou CREA, respectivamente e mediante recolhimento da correspondente RRT ou ART;

4.8.2. As condições das edificações existentes deverão ser consideradas para a elaboração dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP), de cada campus;

4.8.3. Caberá à CONTRATADA a verificação da conformidade dos layouts, sendo de sua responsabilidade a realização das adequações e/ou complementações nos projetos fornecidos pela CONTRATANTE.

4.8.4. Nas edificações que já existirem dispositivos como hidrantes, reservatórios com reserva de incêndio, instalações de iluminação de emergência autônoma e alarme, estes deverão ser cadastrados e verificados suas condições de integridade a fim de avaliar a preservação destas instalações.

4.8.5. Efetuar uma avaliação das instalações elétricas do prédio, verificar a compatibilidade com as normas da ABNT e os padrões da concessionária de energia elétrica local, contendo recomendações técnicas pertinentes, consoantes com a edificação, indicando as medidas preventivas e corretivas que servirão de subsídios para a elaboração do Projeto Executivo do PSCIP;

4.8.6. Efetuar uma avaliação do Sistema de Proteção contra Descarga Atmosférica existente de cada campus, caso exista, conforme ABNT, para servir de subsídio para elaboração do novo Projeto Executivo do SDPA.

4.8.7. Efetuar uma avaliação das Centrais de GLP (ou Centrais Individuais de GLP) existente em cada campus, conforme ABNT, para servir de subsídio para elaboração do novo Projeto Executivo das Centrais de GLP (ou Centrais Individuais de GLP).

4.8.8. A CONTRATADA deverá emitir um relatório de conclusão da etapa onde deverão constar as

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

inconformidades encontradas, as adequações/modificações realizadas, situação das instalações existentes e outras informações pertinentes à etapa.

- 4.8.9. A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço, para a conclusão da etapa e entrega do relatório à DIPOP/PRODIN/IFS.

4.9. ETAPA 2: Estudo Técnico/Anteprojeto dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP).

- 4.9.1. O Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico deverá ser elaborado conforme exigido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe, em atendimento à seguinte legislação e normativos, com suas eventuais alterações, conforme o item 5.1.1 e demais legislações vigentes ou alterações;
- 4.9.2. Para a elaboração do anteprojeto, a CONTRATADA deverá priorizar o uso de instalações aparentes, salvo nos casos de comprovada inviabilidade técnica.
- 4.9.3. Os Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) serão de total responsabilidade do Contratado;
- 4.9.4. O Projeto Executivo: Projeto de Prevenção e contra Incêndio e Pânico – PSCIP deverá ser elaborado por Engenheiro Civil, em nível de graduação, ou Arquiteto ou Engenheiro, portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, em nível de pós-graduação, devidamente habilitado e registrado no CAU ou CREA, respectivamente e mediante recolhimento da correspondente RRT ou ART;
- 4.9.5. O Projeto Executivo do SPDA deverá ser elaborado por um profissional legalmente habilitado e registrado no CONFEA - CREA, acompanhado da devida ART.
- 4.9.6. A CONTRATADA deverá apresentar Laudo de SPDA para todos os campi, indicando as características levantadas no empreendimento, apresentação dos cálculos e indicação da sua necessidade ou não de acordo com a NBR 5419/2015.
- 4.9.7. O Projeto Executivo da Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) deverá ser elaborado por um profissional legalmente habilitado e registrado no CONFEA – CREA, acompanhado da devida ART.
- 4.9.8. A CONTRATADA deverá apresentar Laudo da Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) para todos os campi, indicando as características levantadas no empreendimento, apresentação dos cálculos e indicação da sua necessidade ou não de acordo com a NBR 13523/2019.
- 4.9.9. O Contratado deverá elaborar os projetos em conformidade com os dispostos nos itens 11 e 12, deste Termo de Referência;
- 4.9.10. Todos os desenhos e demais materiais gráficos deverão estar de acordo com as exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;
- 4.9.11. Todos os memoriais, protocolos, etiquetas, identificações e demais documentos deverão estar de acordo com as exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe e legislações vigentes.
- 4.9.12. Os anteprojeto a serem entregues para a aprovação da equipe técnica da DIPOP/PRODIN/IFS deverão ser representados em plantas de implantação, plantas baixas, plantas de situação, plantas de cobertura, fachadas, cortes e deverão, para cada caso, conter:

4.9.12.1. Projeto Executivo: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico:

- 4.9.12.1.1. Sinalização de segurança contra incêndio e pânico;

- 4.9.12.1.2. Iluminação de emergência e balizamento;
- 4.9.12.1.3. Hidrantes e mangotinhos;
- 4.9.12.1.4. Reserva de incêndio (coluna d'água, bomba, posição, tubulação, entre outros itens);
- 4.9.12.1.5. Sistema de detecção e alarme;
- 4.9.12.1.6. Sistema de proteção por extintor;
- 4.9.12.1.7. Exaustão mecânica para cozinhas e laboratórios;
- 4.9.12.1.8. Sistema de Prevenção contra Descarga Atmosférica instalado nos prédios;
- 4.9.12.1.9. Sistema de GLP instalados nos prédios, conforme IT 28 do CBMSE;
- 4.9.12.1.10. Sistema de gases especiais instalados nos prédios;
- 4.9.12.1.11. Armazenamento de líquidos combustíveis e inflamáveis;
- 4.9.12.1.12. Outros itens exigidos pelo CBMSE.
- 4.9.12.2. **Projeto Executivo do Sistema de Proteção contra Descarga Atmosférica:**
 - 4.9.12.2.1. Subsistema de captação;
 - 4.9.12.2.2. Subsistema de descida;
 - 4.9.12.2.3. Subsistema aterramento;
 - 4.9.12.2.4. Subsistema de equipotencialização
 - 4.9.12.2.5.** Outros itens exigidos pela NBR 5419/2015 e outras normas técnicas.
- 4.9.12.3. **Projeto Executivo da Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP).**
 - 4.9.12.3.1. Dimensionamento da Central de GLP (ou Central Individual de GLP);
 - 4.9.12.3.2. Paineis para Central de GLP;
 - 4.9.12.3.3. Rede canalizada do GLP;
 - 4.9.12.3.4. Ponto individualizado do GLP;
 - 4.9.12.3.5.** Outros itens exigidos pela NBR 13523/2019 e outras NBRs.
- 4.9.13. Elaboração de memoriais descritivos (deve-se inserir os critérios de sustentabilidade, conforme o item 6) e memoriais de cálculos necessários à execução dos Projetos: PSCIP, SPDA e Central de GLP (ou Central Individual), especificando os tipos, modelos e marca dos materiais a serem empregados, bem como o quantitativo dos mesmos e o detalhamento do plano executivo para instalação dos sistemas em questão.
- 4.9.14. A CONTRATADA deverá enviar semanalmente a DIPOP/PRODIN/IFS, relatórios dos serviços que estão sendo executados para conferência do andamento do processo.
- 4.9.15. O prazo para entrega do anteprojeto será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da conclusão da etapa 1.
- 4.9.16. A equipe técnica da DIPOP/PRODIN/IFS terá 15 (quinze) dias corridos para análise dos arquivos entregues.
- 4.9.17. Após a análise, conforme o caso, será aceito ou devolvido o projeto com os apontamentos das eventuais inconsistências/erros de projetos detectados. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para correção dos eventuais itens indicados.
- 4.10. ETAPA 3: Elaboração dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e**

Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP).

- 4.10.1. A etapa consiste na complementação do anteprojeto, apresentando todos os detalhes de execução, montagem e instalação de componentes dos sistemas, inclusive elementos de suporte, fixação, apoio de dutos e tubulações, isolamentos, matérias específicos e outros.
- 4.10.2. A CONTRATADA deverá emitir as ART's/RRT's devidamente quitadas de todos os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos.
- 4.10.3. Plotagem das pranchas e impressão de todos os documentos necessários para a aprovação no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe, na quantidade determinada pelo referido órgão e organizados em pastas, conforme exigido pelo mesmo;
- 4.10.4. A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da conclusão da etapa 2, para a entrega dos projetos executivos.
- 4.10.5. A equipe técnica da DIPOP/PRODIN/IFS terá 15 (quinze) dias corridos para análise dos arquivos entregues.
- 4.10.6. Após a análise, conforme o caso será aceito ou devolvido o projeto com os apontamentos das eventuais inconsistências/erros de projetos detectados. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para correção dos eventuais itens indicados.
- 4.11. ETAPA 4: Protocolo dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) no Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe e acompanhamento de todas as etapas de aprovação, efetuando todas as correções que se fizerem necessárias ao longo do trâmite:**
 - 4.11.1. Encaminhamento e protocolo dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;
 - 4.11.2. Acompanhamento do andamento do processo de aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;
 - 4.11.3. Execução de todas as correções necessárias solicitadas por meio dos laudos de avaliação emitidos pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;
 - 4.11.4. Encaminhamento e protocolo das correções realizadas nos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;
 - 4.11.5. Recebimento dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;
 - 4.11.6. Entrega dos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe aos cuidados da DIPOP/PRODIN/IFS.
 - 4.11.7. Concomitantemente com os tramites para aprovação dos projetos no CBMSE, a CONTRATADA iniciará a elaboração das demais peças técnicas como: orçamento analítico, cronograma físico-financeiro, composições de custos, memorial descritivo e caderno de especificações e encargos.
 - 4.11.8. Estima-se, para esta etapa, o prazo de 60 (sessenta) dias corridos para que o projeto seja aprovado no Corpo de Bombeiros.

4.12. ETAPA 5: Entrega dos Projetos Executivos aprovados: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) à DIPOP/PRODIN/IFS, acompanhados das planilhas orçamentárias com memória de cálculo, composições de custos unitários, composição do BDI, cadernos de encargos, memoriais descritivos, declarações de compatibilidade de custos do SINAPI e demais documentos, para conferência e assinatura:

- 4.12.1. Conclusão e entrega das planilhas orçamentárias com memória de cálculo, composições de custos unitários, composição do BDI, cadernos de encargos, memoriais descritivos, declarações de compatibilidade de custos do SINAPI e demais documentos;
- 4.12.2. A planilha quantitativo-orçamentária deverá contemplar todos os serviços constantes nos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) nos demais documentos técnicos, memoriais descritivos e de cálculos que o embasam e o integram. Deverá ser elaborada em arquivo com extensão .xls, na versão Microsoft Office do Windows XP ou superior, não devendo conter itens com unidades genéricas como “verba”, “conjunto”, “ponto” ou similares.
- 4.12.3. A taxa de Bonificação de Despesas Indiretas (BDI ou LDI), aplicada sobre o custo direto total da obra, deverá contemplar somente as seguintes despesas:
 - 4.12.3.1. Taxa de rateio da Administração Central;
 - 4.12.3.2. Taxa das despesas indiretas;
 - 4.12.3.3. Taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento;
 - 4.12.3.4. Taxa de tributos (COFINS, PIS e ISS);
 - 4.12.3.5. Margem ou lucro.
- 4.12.4. Despesas relativas à administração local de obras, mobilização e desmobilização e instalação e manutenção do canteiro deverão ser incluídas na planilha orçamentária da obra como custo direto, salvo em condições excepcionais devidamente justificadas.
- 4.12.5. Deverá ser apresentada declaração expressa do autor das planilhas orçamentárias quanto à compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes de referidas planilhas com os quantitativos do projeto de engenharia e os custos do SINAPI, ou, caso não seja possível, que seja declinada a justificativa nos termos da LDO vigente, qual seja, a Lei 12.708/2012, precisamente em seu artigo 102. Sempre priorizando os custos descritos no SINAPI, quando houver. Admite-se para os itens onde não haja correspondência no SINAPI, a busca de preços no mercado, quando então devem ser juntadas ao menos três cotações de preços assinadas e carimbadas ou com identificação da empresa.
- 4.12.6. Deverá ser apresentado ainda:
 - 4.12.6.1. Composições analíticas de preços unitários dos custos dos serviços de todos os itens da planilha orçamentária, com memória de cálculo;
 - 4.12.6.2. Composição da taxa de BDI deverá ser entregue pela Contratada, pois os preços foram retirados da tabela de honorários para projetos/consultorias/serviços de engenharia elaborada anualmente pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe, por refletir valores mais aproximados para o mercado local;
 - 4.12.6.3. Composição dos encargos sociais deverá ser entregue pela Contratada, pois os preços foram retirados da tabela de honorários para projetos/consultorias/serviços de engenharia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

- elaborada anualmente pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe, por refletir valores mais aproximados para o mercado local;
- 4.12.7. A planilha deverá ser gravada em mídia DVD-R, impressa e encadernada (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Essa planilha, tanto gravada em mídia quanto encadernada, deverá ser entregue em 2 (dois) conjunto completo de cada.
- 4.12.8. O cronograma físico-financeiro dos serviços constantes nos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) e da planilha orçamentária deverá ser elaborado em extensão .xls, na versão Microsoft Office do Windows XP ou superior.
- 4.12.9. O cronograma deverá ser gravado em mídia DVD-R, impresso e encadernado (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Esse cronograma, tanto gravado em mídia quanto encadernado, deverá ser entregue em 2 (dois) conjunto completo de cada.
- 4.12.10. O caderno de encargos e o memorial descritivo deverão ser entregues contendo a descrição de todos os serviços previstos em projeto e planilha de forma a garantir a perfeita execução de todos os sistemas da obra, acompanhados de memórias de cálculo.
- 4.12.11. O caderno de encargos e o memorial descritivo deverão ser gravados em mídia DVD-R, impressos e encadernados (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Esses documentos, tanto gravados em mídia quanto encadernados, deverão ser entregues em 2 (dois) conjunto completo de cada.
- 4.12.12. Os Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) deverão ser entregues em extensão .dwg, em software Autocad, da Autodesk, em escala adequada.
- 4.12.13. Os Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) deverão ser gravados em mídia DVD-R e plotado, dobrado e encadernado (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Esse projeto, tanto gravado em mídia quanto encadernado, deverá ser entregue em 2 (dois) conjuntos completos de cada, acompanhados das vias aprovadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe.
- 4.12.14. A planilha deverá conter memória de cálculo, composições de custos unitários e composição do BDI e deverá ser gravada em mídia DVD-R, impressa e encadernada (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Essa planilha, tanto gravada em mídia quanto encadernada, deverá ser entregue em 2 (dois) conjuntos completos de cada.
- 4.12.15. O cronograma físico-financeiro dos serviços constantes nos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) e da planilha orçamentária deverá ser elaborado em extensão .xls, na versão Microsoft Office do Windows XP ou superior.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

- 4.12.16. O cronograma deverá ser gravado em mídia DVD-R, impresso e encadernado (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Esse cronograma, tanto gravado em mídia quanto encadernado, deverá ser entregue em 2 (dois) conjuntos completos de cada.
- 4.12.17. O caderno de encargos e o memorial descritivo deverão ser entregues contendo a descrição de todos os serviços previstos em projeto e planilha de forma a garantir a perfeita execução de todos os sistemas da obra, acompanhados de memórias de cálculo.
- 4.12.18. O caderno de encargos e o memorial descritivo deverão ser gravados em mídia DVD-R e impressos e encadernados (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Esses documentos, tanto gravados em mídia quanto encadernados, deverão ser entregues em 02 (dois) conjuntos completos de cada.
- 4.12.19. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de aprovação dos projetos pelo CBMSE, para a conclusão da planilha orçamentária, caderno de encargos e demais documentos dos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP), descrito no Termo de Referência, e entrega à DIPOP/PRODIN/IFS.
- 4.12.20. Após a entrega dos documentos, será necessária a análise dos mesmos pela equipe técnica da DIPOP/PRODIN/IFS, que demandará 15 (quinze) dias corridos.
- 4.12.21. Após a análise, conforme o caso, serão aceitos ou devolvidos os documentos e planilhas com os apontamentos das eventuais inconsistências / erros detectados. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para correção dos eventuais itens indicados.

• **Anexo III – Planilhas de Estimativa de Custos e Formação de Preços;**

Planilha Nº 1 - Estimativa de custos e formação de preços				
Levantamento estimado das áreas construídas dos CAMPI				
Item	Campus	Edificações	Pavimento	Área
1	Aracaju	Bloco Administrativo	1	753,75
2		Bloco de Eletrotécnica	1	753,75
3		Bloco de Construção Civil	2	1.271,93
4		Bloco de Eletrônica	1	753,75
5		Bloco de Química	2	1.159,00
6		Bloco de Petróleo	1	1.429,49
7		Bloco Salas "S"	2	2.180,48
8		Bloco Leyda Regis	3	2.176,05
9		Bloco Saneamento Ambiental e Manutenção	1	304,15
10		Bloco Administrativo e DTI	2	755,31
11		Ginásio	1	2.221,18

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
 Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
 (79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

Área construída estimada do campus Aracaju				13758,84
1	Lagarto	Blocos 01 e 02	2	2.462,00
2		Blocos 03 e 04	2	3.145,44
3		Guarita	1	11,90
4		Auditório	1	369,36
5		Refeitório	1	367,65
6		Bloco da COINF	2	685,14
7		Bloco da COED	2	666,08
8		Mulheres mil	1	91,54
9		Garagem	1	358,23
10		Ginásio e vestiário	1	1.467,17
Área construída estimada do campus Lagarto				9.624,51
1	São Cristóvão	Administrativo	2	2.489,26
2		Agroecologia-Avicultura	1	539,08
3		Agroindustria-Laboratórios	1	593,17
4		Agroindustria-Salas	1	860,31
5		Auditório	1	488,33
6		Bovinocultura	1	863,83
7		Didatica I	1	753,34
8		Didatica II	1	933,51
9		ETA	1	95,68
10		GAE	1	375,41
11		Gerência de Produção	1	608,81
12		Oficina	1	1.523,54
Área construída estimada do campus São Cristóvão				10.124,27

Planilha Nº 2 – De Custos e formação de preços			
Referência: Tabela de Honorários CEHOP 2021			
Item	Projeto Executivo	Unidade	Preço (R\$)
1	Elaboração do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico		
1.1	Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico - PSCIP, inclusive com dimensionamento de hidrante.	m ²	4,06
1.2	Sistema de detecção e alarme de incêndio	m ²	1,63
1.3	Orçamento hidráulico, sanitário, drenagem, incêndio, Gás, PDA, Cabeamento estruturado	m ²	0,22
Preço Total por m ² para o PSCIP completo			5,91
2	Elaboração do Projeto de Proteção contra Descarga Atmosférica - PDA		
2.1	Sistema de Proteção de Descarga Atmosférica – SPDA	m ²	1,21
Preço Total por m ² para o SPDA			1,21

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
 Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
 (79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

3	Elaboração do Projeto da Central de GLP ou Central Individual de GLP		
3.1	Medição Individual GLP até 10 pontos	und	1.625,00
Preço Total por unidade para até 10 pontos de GLP			1.625,00

Planilha Nº 3 - Do Orçamento					
Serviço de Engenharia: Elaboração dos Projetos Executivos: PSCIP, SPDA e Central de GLP (ou Central Individual de GLP)					
Licitante: Instituto Federal de Sergipe					
Referência: Tabela de Honorários da CEHOP				Data: jan/2021	
Item	Serviços	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Campus Aracaju				

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
 Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
 (79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

1.1	Elaboração do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, conforme a tabela da CEHOP	m²	13.758,84	5,91	81314,74	33,40
1.2	Elaboração do Projeto Executivo de Proteção contra Descarga Atmosféricas - PDA	m²	13.758,84	1,21	16648,20	6,84
1.3	Elaboração do Projeto da Central de GLP ou Central Individual de GLP, até 10 pontos	und.	1	1625,00	1625,00	0,67
2	Campus Lagarto					
2.1	Elaboração do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, conforme a tabela da CEHOP	m²	9.624,51	5,91	56880,85	23,36
2.2	Elaboração do Projeto Executivo de Proteção contra Descarga Atmosféricas - PDA	m²	9.624,51	1,21	11645,66	4,78
2.3	Elaboração do Projeto da Central de GLP ou Central Individual de GLP, até 10 pontos	und.	1	1625,00	1625,00	0,67
3	Campus São Cristóvão					
1.1	Elaboração do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, conforme a tabela da CEHOP	m²	10.124,27	5,91	59834,44	24,58
1.2	Elaboração do Projeto Executivo de Proteção contra Descarga Atmosféricas - PDA	m²	10.124,27	1,21	12250,37	5,03
1.3	Elaboração do Projeto da Central de GLP ou Central Individual de GLP, até 10 pontos	und.	1	1625,00	1625,00	0,67
Preço Global			243449,25			
% Total			100,00			

• **Anexo IV – Planilha de Composição de BDI;**

Composição da taxa de BDI deverá ser entregue pela Contratada, pois a base para formação dos preços teve como base a tabela de honorários para projetos/consultorias/serviços de engenharia elaborada anualmente pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe, por refletir valores mais aproximados para o mercado local.

- **Anexo V – Cronograma físico-financeiro;**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
 Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390

(PPA) 271114860 - licitacoes@ifs.edu.br
Planilha N° 4 - Cronograma de Execução

Etapa	Serviço	15 dias	30 dias	45 dias	60 dias	75 dias	90 dias	105 dias	120 dias	135 dias	150 dias	165 dias	180 dias	195 dias	210 dias	225 dias	240 dias
		30 dias															
1	Levantamentos de dados preliminares por meio de vistorias “in loco” e das análises das plantas existentes fornecida pela CONTRATANTE.	30 dias															
2	Estudo Técnico/Anteprojeto dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP).			60 dias				15 dias									
3	Elaboração dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP).								30 dias		15 dias						
4	Protocolo dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) no Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe e acompanhamento de todas as etapas de aprovação, efetuando todas as correções que se fizerem necessárias ao longo do trâmite											60 dias					
5	Entrega dos Projetos Executivos aprovados: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) à DIPOP/PRODIN/IFS, acompanhados das planilhas orçamentárias com memória de cálculo, composições de custos unitários, composição do BDI, cadernos de encargos, memoriais descritivos, declarações de compatibilidade de custos do SINAPI e demais documentos, para conferência e assinatura.															15 dias	15 dias
	Prazo para desenvolvimento dos serviços pela Contratada																
	Prazo para análises e correções																

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
 Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
 (79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

Planilha Nº 5 - Cronograma de Desembolso										
Etapas	Serviço	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês	Valor (R\$)
1	Levantamentos de dados preliminares por meio de vistorias "in loco" e das análises das plantas existentes fornecida pela CONTRATANTE.	5%								12.172,46
2	Estudo Técnico/Anteprojeto dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP).		-	-	25%					60.862,31
3	Elaboração dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP).				-	25%				60.862,31
4	Protocolo dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) no Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe e acompanhamento de todas as etapas de aprovação, efetuando todas as correções que se fizerem necessárias ao longo do trâmite					-	-	30%		73.034,78
5	Entrega dos Projetos Executivos aprovados: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) à DIPOP/PRODIN/IFS, acompanhados das planilhas orçamentárias com memória de cálculo, composições de custos unitários, composição do BDI, cadernos de encargos, memoriais descritivos, declarações de compatibilidade de custos do SINAPI e demais documentos, para conferência e assinatura.								15%	36.517,39
% Acumulado		5%	5%	5%	30%	55%	55%	85%	100%	243.449,25

• **(SUPRESSÃO) Anexo VI – Projeto Executivo (se for o caso);**

Os Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico - PSCIP, Sistema de Proteção contra Descarga Atmosférica - SPDA e Central de GLP (Central Individual de GLP) deverão ser entregues pela Contratada, a fim de realizar o objeto da licitação.

- **Anexo VII – Estudos Preliminares;**

Estudo Técnico Preliminar 41/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 23060001761/2019-98

2. Elaboração do PSCIP, SPDA e Central GLP

Elaboração dos Projetos Executivos: PSCIP, SPDA e Central GLP

3. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada na área de engenharia ou arquitetura para a prestação de serviços técnicos de elaboração dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) devidamente aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe para os campi de Aracaju, São Cristóvão e Lagarto

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Núcleo Institucional de Segurança do Trabalho	Allan Charles Marques de Carvalho

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

Entendemos existir a necessidade de estruturação da instituição, para atender e proteger os discentes, terceirizados e servidores, observando às legislações e normas técnicas abaixo, além de outras, caso necessário:

BRASIL. Lei 8.666/1993. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

_____. Lei 10.520/2002. Institui modalidade de licitação denominada Pregão;

_____. Lei 12.527/2011. Regulamenta o acesso às informações previsto na Constituição Federal;

_____. Instrução Normativa 05/2017/SEGES/MP. Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob regime de contratação indireta no âmbito da Administração Pública Federal;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

UASG 158134

Estudo Técnico Preliminar 41/2021

_____. Instrução Normativa Conjunta MP/CGU N. 01, de 2016. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal;

_____. Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Regulamentada pela Portaria nº 3.214/78 através da Norma Regulamentadora nº 23 (Proteção Contra Incêndios) do Ministério do Trabalho e Emprego;

SERGIPE. Lei Estadual nº 8.151, de 21 de novembro de 2016. Estabelece e define critérios acerca de sistemas de segurança contra incêndio e pânico para edificações no Estado de Sergipe e revoga a Lei nº 4.183, de 22 de dezembro de 1999, e dá providências correlatas;

SERGIPE. Lei Estadual nº 8.809, de 29 de dezembro de 2020. Acrescenta o art.31-A e altera as Tabelas II, IV e V do Anexo Único da Lei nº 8.638, de 27 de dezembro de 2019, que institui a Taxa Estadual de Fiscalização e Serviços Diversos - TFSD, altera as Leis nº 6.425, de 20 de junho de 2008, nº 6681, de 28 de agosto de 2009, e nº 7651, de 31 de maio de 2013, e dá providências correlatas;

_____. Decreto nº 40.637, de 30 de julho de 2020. Institui o Regulamento de Segurança contra incêndio e pânico das edificações e áreas de risco no Estado de Sergipe, em conformidade com a Lei nº 8.151, de 21 de novembro de 2016, revoga o Decreto nº 30.954, de 1º de fevereiro de 2018, e dá providências correlatas;

_____. Instrução Técnica nº 01/2021. Procedimentos Administrativos, 2021;

SÃO PAULO. Instrução Normativa nº 06/2019/CBMSP. Acesso de viatura nas edificações e áreas de riscos;

SÃO PAULO. Instrução Normativa nº 07/2019/CBMSP. Separação entre edificações (isolamento de risco);

SÃO PAULO. Instrução Normativa nº 10/2019/CBMSP. Controle de materiais de acabamento e de revestimento;

_____. Instrução Normativa nº 11/2019/CBMSP. Saídas de Emergência;

_____. Instrução Normativa nº 12/2019/CBMSP. Centros esportivos e exibição – requisitos de segurança contra incêndio;

_____. Instrução Normativa nº 17/2019/CBMSP. Brigada de Incêndio;

_____. Instrução Normativa nº 18/2019/CBMSP. Iluminação de Emergência

_____. Instrução Normativa nº 19/2019/CBMSP. Sistema de detecção e alarme de incêndio;

_____. Instrução Normativa nº 20/2019/CBMSP. Sinalização de Emergência;

_____. Instrução Normativa nº 21/2019/CBMSP. Sistema de proteção por extintores de incêndio;

_____. Instrução Normativa nº 22/2019/CBMSP. Sistemas de hidrantes e mangotinhos para combate à incêndio;

2 de 15

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

UASG 158134

Estudo Técnico Preliminar 41/2021

_____. Instrução Normativa nº 28/2019/CBMSP. Manipulação, armazenamento, comercialização e utilização de gás liquefeito de petróleo (GLP);

_____. Instrução Normativa nº 32/2019/CBMSP. Produtos perigosos em edificações e áreas de riscos.

_____. Instrução Normativa nº 36/2019/CBMSP. Pátio de contêineres;

_____. Instrução Normativa nº 37/2019/CBMSP. Subestação elétrica;

_____. Instrução Normativa nº 38/2019/CBMSP. Segurança contra incêndio em cozinha profissional;

_____. Instrução Normativa nº 40/2019/CBMSP. Edificações históricas, museus e instalações culturais com acervos museológicos;

_____. Instrução Normativa nº 41/2019/ CBMSP. Inspeção visual em instalações elétricas de baixa tensão;

_____. Instrução Normativa nº 43/2019/CBMSP. Adaptação às normas de segurança contra incêndio e pânico – Edificações existentes;

_____. Instrução Normativa nº 44/2019/CBMSP. Proteção ao meio ambiente;

ABNT. NBR 5419-1:2015. Proteção contra descargas atmosféricas Parte 1: Princípios gerais;

ABNT. NBR 5419-2:2015. Versão Corrigida em 2018. Proteção contra descargas atmosféricas Parte 2: Gerenciamento de risco;

_____. NBR 5419-3:2015. Versão Corrigida em 2018. Proteção contra descargas atmosféricas Parte 3: Danos físicos a estruturas e perigos à vida;

_____. NBR 5419-4:2015. Versão Corrigida em 2018. Proteção contra descargas atmosféricas Parte 4: Sistemas elétricos e eletrônicos internos na estrutura;

_____. NBR 5867-1:2006. Hidrantes urbanos de incêndio de ferro fundido dúctil Parte 1: Hidrantes de coluna;

_____. NBR 5867-2:2006. Hidrantes urbanos de incêndio de ferro fundido dúctil Parte 2: Hidrantes subterrâneos;

_____. NBR 5867-3:2006. Hidrantes urbanos de incêndio de ferro fundido dúctil Parte 3: Hidrante de colunas com obturação própria;

_____. NBR 9077:2001. Saídas de emergência em edifícios;

_____. NBR 11742:2018. Portas corta-fogo para saída de emergência;

_____. NBR 12693:2021. Sistemas de proteção por extintores de incêndio;

_____. NBR 12779:2009. Mangueira de incêndio - Inspeção, manutenção e cuidados;

_____. NBR 13523:2019. Central de gás Liquefeito de Petróleo – GLP;

3 de 15

_____. NBR 13714:2000. Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio;

_____. NBR 14278:2020. Brigada de incêndio;

_____. NBR 16820:2020. Versão Corrigida 2:2021. Sistemas de sinalização de emergência: Projetos, requisitos e métodos de ensaio;

_____. NBR 17240:2010. Sistemas de detecção e alarme de incêndio – Projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme de incêndio – Requisitos.

5.2. Serviço continuado ou não com mão de obra ou não:

O serviço não será de natureza continuada.

5.3. Duração inicial do contrato:

Pela natureza do contrato.

5.4. Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregada:

A empresa deverá seguir as legislações e normas técnicas, conforme o item 5.1.1, além de outras que se façam necessárias, a fim de elaborar os seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) de maneira atualizado, aprovado pelo CBMSE e com entendimento técnico correto para futura empresa que executará o projeto.

5.5. Quadro com soluções de mercado:

No Brasil e no estado de Sergipe existem diversas empresas especializadas na elaboração dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP).

5.6. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato

6. Levantamento de Mercado

No Brasil e no estado de Sergipe existem diversas empresas especializadas na elaboração dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP).

7. Descrição da solução como um todo

1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

UASG 158134

Estudo Técnico Preliminar 41/2021

2. Os Projetos objetos deste Termo de Referência deverão ser elaborados para os seguintes os campi: Aracaju, São Cristóvão e Lagarto do Instituto Federal de Sergipe;
3. A Contratada deverá atualizar os levantamentos e as medições das áreas construídas dos campi;
4. Todos os Estudos e Projetos deverão ser desenvolvidos de forma harmônica e consistente, observando a compatibilização entre os elementos dos diversos sistemas das edificações, ou seja, a compatibilização de todas as especialidades envolvidas (arquitetura, elétrica, hidráulica, mecânica, drenagem, lógica, prevenção contra incêndio, etc...);
5. Nas edificações existentes, considerar as condições físicas existentes e de infraestrutura de forma a minimizar os impactos de reformas para adequação das obras;
6. Incluir na planilha orçamentária os serviços necessários para a adequação do projeto à obra, como demolições e reaproveitamento de materiais, entre outros;
7. Incluir no memorial descritivo do PSCIP, de cada campus, os critérios de sustentabilidade, conforme o item 6, deste TR.
8. Adotar soluções que ofereçam facilidade de operação e manutenção dos diversos componentes e sistemas da edificação;
9. Adotar soluções técnicas que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a adequação do empreendimento;
10. Adotar soluções técnicas que considerem a acessibilidade de portadores de necessidades especiais, obedecendo ao que determina o Decreto Federal nº 5296/2004, a NBR 9050/2004 e demais normas da ABNT;
11. Adotar soluções técnicas que ofereçam segurança aos funcionários e usuários e proteção contra roubos, furtos e vandalismo;
12. Definir todos os equipamentos necessários à operacionalização do sistema de combate à incêndio e pânico das edificações, apresentando lista com identificação e descrição dos equipamentos que se incorporarão à obra;
13. Incluir na planilha orçamentária os equipamentos que se incorporarão diretamente à obra, ou que necessitarão de infraestrutura especial executada, de modo que os mesmos sejam fornecidos, instalados e testados pela empresa que executará a obra;

14. Apresentar o projeto APROVADO em conformidade com as exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe, bem como com os dispostos nas Instruções Normativas do CBMSP, ABNT/NBR e demais normas técnicas pertinentes e vigentes

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Item	Descrição de Material	CATMAT	Unidade de Fornecimento	Área por Campus (m ²)			Área Total do Campi (m ²)	Valor Unitário por m ²	Valor Total por m ²	Valor Unitário para cada Campus (até 10 pontos de GLP)	Valor Total dos Campi (até 10 pontos de GLP)	E
				IFS - Aracaju	IFS - Lagarto	IFS - São Cristóvão						

5 de 15

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
 Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
 (79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

UASG 158134

Estudo Técnico Preliminar 41/2021

1	Elaboração do Projeto Executivo: Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico - PSCIP, para os prédios dos Campi, Aracaju, Lagarto e São Cristóvão, do Instituto Federal de Sergipe. Estão incluídos no serviço: estudos, atualização da medição, levantamentos, deslocamentos, orçamentos, elaboração de laudos técnicos, memorial descritivo do PSCIP (deve-se inserir critérios de sustentabilidade), e demais documentos e/ou arquivos necessários para a licitação da obra, com pagamento de todas as taxas de aprovação, ARTeRRTe e despesas com plotagem, impressões e outros que vierem a incidir sobre o objeto contratado, até o recebimento definitivo dos serviços aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe.	523	m²	13.758,84	9.624,51	10.124,27	33.507,62	R\$ 5,91	R\$ 198.030,03	-	-
2	Elaboração do Projeto Executivo do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SPDA, para os prédios dos campis, Aracaju, Lagarto e São Cristóvão, do Instituto Federal de Sergipe. Estão incluídos no serviço: estudos, atualização da medição, levantamentos, deslocamentos, orçamentos, elaboração de laudos técnicos, memorial descritivo do SPDA (deve-se inserir critérios de sustentabilidade), e demais documentos e/ou arquivos necessários para a licitação da obra, com pagamento de todas as taxas de aprovação, ARTeRRTe e despesas com plotagem, impressões e outros que vierem a incidir sobre o objeto contratado, até o recebimento definitivo dos serviços aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe.	523	m²	13.758,84	9.624,51	10.124,47	33.507,62	R\$ 1,21	R\$ 40.544,32	-	-
3	Elaboração do Projeto Executivo do Projeto de Central de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) até 10 pontos individualizados, para cada campus, Aracaju, Lagarto e São Cristóvão, do Instituto Federal de Sergipe. Estão incluídos no serviço: estudos, atualização da medição, levantamentos, deslocamentos, orçamentos, elaboração de laudos técnicos, memorial descritivo da Central de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) (deve-se inserir critérios de sustentabilidade), e demais documentos e/ou arquivos necessários para a licitação da obra, com pagamento de todas as taxas de aprovação, ARTeRRTe e despesas com plotagem, impressões e outros que vierem a incidir sobre o objeto contratado, até o recebimento definitivo dos serviços aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe.	523	Unid.	-	-	-	-	-	-	R\$ 1.675,00	R\$ 4.875,00

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 243.449,25

O custo estimado da contratação é de R\$ 243.449,25, teve como base o valor dos honorários para projetos/consultorias/serviços de engenharia elaborada anualmente pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe - CEHOP

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento do objeto para a participação de várias contratadas compromete o andamento eficaz das interações entre os projetos e acompanhamentos dos trâmites de aprovações junto ao CBMSE, vale ressaltar que será difícil de dividir as parcelas de responsabilidade técnica de cada contratada, pois se torna extremamente penoso à interação contínua e frequente entre os profissionais referente aos: projetos, layouts, memoriais, planilhas, aprovações, e etc, tornando-se inexecuível a contratação de mais de uma empresa.

Assim, tem-se que a contratação de somente uma empresa é viável para o fluxo contínuo da elaboração e aprovação dos projetos pelo CBMSE

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não aplicável

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A demanda tem vinculação com a OE10, do Planejamento Estratégico do IFS 2020/2024, que dispõe em “Adequar e implantar edificações existentes visando atender as Normas Técnicas”

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de empresa especializada na área de engenharia ou arquitetura para a prestação de serviços técnicos na elaboração dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP), devidamente aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe - CBMSE, para adequar as instalações físicas, com intuito de salvaguardar toda comunidade interna e externa, além do patrimônio dos respectivos campi.

14. Providências a serem Adotadas

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Etapas 1: Levantamentos de dados preliminares por meio de vistorias “in loco” e das análises das plantas existentes fornecida pela CONTRATANTE.

Os serviços de estudos e levantamentos “in loco” serão de total responsabilidade do Contratado. Deverão ser elaborados por Engenheiro Civil, em nível de graduação, ou Arquiteto ou Engenheiro, portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, em nível de pós-graduação, devidamente habilitado e registrado no CAU ou CREA, respectivamente e mediante recolhimento da correspondente RRT ou ART;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

UASG 158134

Estudo Técnico Preliminar 41/2021

As condições das edificações existentes deverão ser consideradas para a elaboração dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP), de cada campus;

Caberá à CONTRATADA a verificação da conformidade dos layouts, sendo de sua responsabilidade a realização das adequações e/ou complementações nos projetos fornecidos pela CONTRATANTE.

Nas edificações que já existirem dispositivos como hidrantes, reservatórios com reserva de incêndio, instalações de iluminação de emergência autônoma e alarme, estes deverão ser cadastrados e verificados suas condições de integridade a fim de avaliar a preservação destas instalações.

Efetuar uma avaliação das instalações elétricas do prédio, verificar a compatibilidade com as normas da ABNT e os padrões da concessionária de energia elétrica local, contendo recomendações técnicas pertinentes, consoantes com a edificação, indicando as medidas preventivas e corretivas que servirão de subsídios para a elaboração do Projeto Executivo do PSCIP;

Efetuar uma avaliação do Sistema de Proteção contra Descarga Atmosférica existente de cada campus, caso exista, conforme ABNT, para servir de subsídio para elaboração do novo Projeto Executivo do SPDA.

Efetuar uma avaliação das Centrais de GLP (ou Centrais Individuais de GLP) existente em cada campus, conforme ABNT, para servir de subsídio para elaboração do novo Projeto Executivo das Centrais de GLP (ou Centrais Individuais de GLP).

A CONTRATADA deverá emitir um relatório de conclusão da etapa onde deverão constar as inconformidades encontradas, as adequações/modificações realizadas, situação das instalações existentes e outras informações pertinentes à etapa.

A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço, para a conclusão da etapa e entrega do relatório à DIPOP/PRODIN/IFS.

Etapa 2: Estudo Técnico/Anteprojeto dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP).

O Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico deverá ser elaborado conforme exigido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe, em atendimento à seguinte legislação e normativos, com suas eventuais alterações, conforme o item 5.1.1 e demais legislações vigentes ou alterações;

Para a elaboração do anteprojeto, a CONTRATADA deverá priorizar o uso de instalações aparentes, salvo nos casos de comprovada inviabilidade técnica.

Os Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) serão de total responsabilidade do Contratado;

O Projeto Executivo: Projeto de Prevenção e contra Incêndio e Pânico – PSCIP deverá ser elaborado por Engenheiro Civil, em nível de graduação, ou Arquiteto ou Engenheiro, portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, em nível de pós-graduação, devidamente habilitado e registrado no CAU ou CREA, respectivamente e mediante recolhimento da correspondente RRT ou ART;

O Projeto Executivo do SPDA deverá ser elaborado por um profissional legalmente habilitado e registrado no CONFEA - CREA, acompanhado da devida ART.

8 de 15

72

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

UASG 158134

Estudo Técnico Preliminar 41/2021

A CONTRATADA deverá apresentar Laudo de SPDA para todos os campi, indicando as características levantadas no empreendimento, apresentação dos cálculos e indicação da sua necessidade ou não de acordo com a NBR 5419/2015, entre outras NBRs.

O Projeto Executivo da Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) deverá ser elaborado por um profissional legalmente habilitado e registrado no CONFEA – CREA, acompanhado da devida ART.

A CONTRATADA deverá apresentar Laudo da Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) para todos os campi, indicando as características levantadas no empreendimento, apresentação dos cálculos e indicação da sua necessidade ou não de acordo com a NBR 13523/2019, entre outras NBRs.

O Contratado deverá elaborar os projetos em conformidade com os dispostos nos itens 11 e 12, deste Termo de Referência;

Todos os desenhos e demais materiais gráficos deverão estar de acordo com as exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;

Todos os memoriais, protocolos, etiquetas, identificações e demais documentos deverão estar de acordo com as exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe e legislações vigentes

Os anteprojetos a serem entregues para a aprovação da equipe técnica da DIPOP/PRODIN/IFS deverão ser representados em plantas de implantação, plantas baixas, plantas de situação, plantas de cobertura, fachadas, cortes e deverão, para cada caso, conter:

Projeto Executivo: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico:

1. Sinalização de segurança contra incêndio e pânico;
2. Iluminação de emergência e balizamento;
3. Hidrantes e mangotinhos;
4. Reserva de incêndio (coluna d'água, bomba, posição, tubulação, entre outros itens);
5. Sistema de detecção e alarme;
6. Sistema de proteção por extintor;
7. Exaustão mecânica para cozinhas e laboratórios;
8. Sistema de Prevenção contra Descarga Atmosférica instalado nos prédios;
9. Sistema de GLP instalados nos prédios, conforme IT 28 do CBMSE;
10. Sistema de gases especiais instalados nos prédios;
11. Armazenamento de líquidos combustíveis e inflamáveis;
12. Outros itens exigidos pelo CBMSE.

Projeto Executivo do Sistema de Proteção contra Descarga Atmosférica:

1. Subsistema de captação;
2. Subsistema de descida;
3. Subsistema aterramento;
4. Subsistema de equipotencialização;
5. Outros itens exigidos pela NBR 5419/2015 e outras normas técnicas.

Projeto Executivo da Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP).

1. Dimensionamento da Central de GLP (ou Central Individual de GLP);
2. Painel para Central de GLP;
3. Rede canalizada do GLP;
4. Ponto individualizado do GLP;
5. Outros itens exigidos pela NBR 13523/2019 e outras normas técnicas.

9 de 15

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

UASG 158134

Estudo Técnico Preliminar 41/2021

Elaboração de memoriais descritivos (deve-se inserir os critérios de sustentabilidade, conforme o item 6) e memoriais de cálculos necessários à execução dos Projetos: PSCIP, SPDA e Central de GLP (ou Central Individual), especificando os tipos, modelos e marca dos materiais a serem empregados, bem como o quantitativo dos mesmos e o detalhamento do plano executivo para instalação dos sistemas em questão;

A CONTRATADA deverá enviar semanalmente a DIPOP/PRODIN/IFS, relatórios dos serviços que estão sendo executados para conferência do andamento do processo.

O prazo para entrega do anteprojeto será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da conclusão da etapa 1.

A equipe técnica da DIPOP/PRODIN/IFS terá 15 (quinze) dias corridos para análise dos arquivos entregues.

Após a análise, conforme o caso, será aceito ou devolvido o projeto com os apontamentos das eventuais inconsistências/erros de projetos detectados. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para correção dos eventuais itens indicados.

Etapa 3: Elaboração dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP).

A etapa consiste na complementação do anteprojeto, apresentando todos os detalhes de execução, montagem e instalação de componentes dos sistemas, inclusive elementos de suporte, fixação, apoio de dutos e tubulações, isolamentos, matérias específicos e outros.

A CONTRATADA deverá emitir as ART's/RRT's devidamente quitadas de todos os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos.

Plotagem das pranchas e impressão de todos os documentos necessários para a aprovação no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe, na quantidade determinada pelo referido órgão e organizados em pastas, conforme exigido pelo mesmo;

A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da conclusão da etapa 2, para a entrega dos projetos executivos.

A equipe técnica da DIPOP/PRODIN/IFS terá 15 (quinze) dias corridos para análise dos arquivos entregues.

Após a análise, conforme o caso será aceito ou devolvido o projeto com os apontamentos das eventuais inconsistências/erros de projetos detectados. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para correção dos eventuais itens indicados.

ETAPA 4: Protocolo dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) no Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe e acompanhamento de todas as etapas de aprovação, efetuando todas as correções que se fizerem necessárias ao longo do trâmite:

Encaminhamento e protocolo dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;

Acompanhamento do andamento do processo de aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;

10 de 15

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

UASG 158134

Estudo Técnico Preliminar 41/2021

Execução de todas as correções necessárias solicitadas por meio dos laudos de avaliação emitidos pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;

Encaminhamento e protocolo das correções realizadas nos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;

Recebimento dos seguintes Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;

Entrega dos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe aos cuidados da DIPOP/PRODIN/IFS.

Concomitantemente com os trâmites para aprovação dos projetos no CBMSE, a CONTRATADA iniciará a elaboração das demais peças técnicas como: orçamento analítico, cronograma físico-financeiro, composições de custos, memorial descritivo e caderno de especificações e encargos.

Estima-se, para esta etapa, o prazo de 60 (sessenta) dias corridos para que o projeto seja aprovado no Corpo de Bombeiros.

ETAPA 5: Entrega dos Projetos Executivos aprovados: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) à DIPOP/PRODIN/IFS, acompanhados das planilhas orçamentárias com memória de cálculo, composições de custos unitários, composição do BDI, cadernos de encargos, memoriais descritivos, declarações de compatibilidade de custos do SINAPI e demais documentos, para conferência e assinatura:

Conclusão e entrega das planilhas orçamentárias com memória de cálculo, composições de custos unitários, composição do BDI, cadernos de encargos, memoriais descritivos, declarações de compatibilidade de custos do SINAPI e demais documentos;

A planilha quantitativo-orçamentária deverá contemplar todos os serviços constantes nos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) nos demais documentos técnicos, memoriais descritivos e de cálculos que o embasam e o integram. Deverá ser elaborada em arquivo com extensão .xls, na versão Microsoft Office do Windows XP ou superior, não devendo conter itens com unidades genéricas como "verba", "conjunto", "ponto" ou similares.

A taxa de Bonificação de Despesas Indiretas (BDI ou LDI), aplicada sobre o custo direto total da obra, deverá contemplar somente as seguintes despesas:

1. Taxa de rateio da Administração Central;
2. Taxa das despesas indiretas;
3. Taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento;
4. Taxa de tributos (COFINS, PIS e ISS);
5. Margem ou lucro.

Despesas relativas à administração local de obras, mobilização e desmobilização e instalação e manutenção do canteiro deverão ser incluídas na planilha orçamentária da obra como custo direto, salvo em condições excepcionais devidamente justificadas.

11 de 15

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

UASG 158134

Estudo Técnico Preliminar 41/2021

Deverá ser apresentada declaração expressa do autor das planilhas orçamentárias quanto à compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes de referidas planilhas com os quantitativos do projeto de engenharia e os custos do SINAPI, ou, caso não seja possível, que seja declinada a justificativa nos termos da LDO vigente, qual seja, a Lei 12.708/2012, precisamente em seu artigo 102. Sempre priorizando os custos descritos no SINAPI, quando houver. Admite-se para os itens onde não haja correspondência no SINAPI, a busca de preços no mercado, quando então devem ser juntadas ao menos três cotações de preços assinadas e carimbadas ou com identificação da empresa.

Deverá ser apresentado ainda:

1. Composições analíticas de preços unitários dos custos dos serviços de todos os itens da planilha orçamentária, com memória de cálculo;
2. Composição da taxa de BDI deverá ser entregue pela Contratada, pois os preços foram retirados da tabela de honorários para projetos/consultorias/serviços de engenharia elaborada anualmente pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe, por refletir valores mais aproximados para o mercado local;
3. Composição dos encargos sociais deverá ser entregue pela Contratada, pois os preços foram retirados da tabela de honorários para projetos/consultorias/serviços de engenharia elaborada anualmente pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe, por refletir valores mais aproximados para o mercado local.

A planilha deverá ser gravada em mídia DVD-R, impressa e encadernada (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Essa planilha, tanto gravada em mídia quanto encadernada, deverá ser entregue em 2 (dois) conjunto completo de cada.

O cronograma físico-financeiro dos serviços constantes nos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) e da planilha orçamentária deverá ser elaborado em extensão .xls, na versão Microsoft Office do Windows XP ou superior.

O cronograma deverá ser gravado em mídia DVD-R, impresso e encadernado (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Esse cronograma, tanto gravado em mídia quanto encadernado, deverá ser entregue em 2 (dois) conjunto completo de cada.

O caderno de encargos e o memorial descritivo deverão ser entregues contendo a descrição de todos os serviços previstos em projeto e planilha de forma a garantir a perfeita execução de todos os sistemas da obra, acompanhados de memórias de cálculo.

O caderno de encargos e o memorial descritivo deverão ser gravados em mídia DVD-R, impressos e encadernados (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Esses documentos, tanto gravados em mídia quanto encadernados, deverão ser entregues em 2 (dois) conjunto completo de cada.

Os Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) deverão ser entregues em extensão .dwg, em software Autocad, da Autodesk, em escala adequada.

Os Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) deverão ser gravados em mídia DVD-R e plotado, dobrado e encadernado (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Esse projeto, tanto gravado em mídia quanto encadernado, deverá ser entregue em 2 (dois) conjuntos completos de cada, acompanhados das vias aprovadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe.

12 de 15

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

UASG 158134

Estudo Técnico Preliminar 41/2021

A planilha deverá conter memória de cálculo, composições de custos unitários e composição do BDI e deverá ser gravada em mídia DVD-R, impressa e encadernada (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Essa planilha, tanto gravada em mídia quanto encadernada, deverá ser entregue em 2 (dois) conjuntos completos de cada.

O cronograma físico-financeiro dos serviços constantes nos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP) e da planilha orçamentária deverá ser elaborado em extensão .xls, na versão Microsoft Office do Windows XP ou superior.

O cronograma deverá ser gravado em mídia DVD-R, impresso e encadernado (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Esse cronograma, tanto gravado em mídia quanto encadernado, deverá ser entregue em 2 (dois) conjuntos completos de cada.

O caderno de encargos e o memorial descritivo deverão ser entregues contendo a descrição de todos os serviços previstos em projeto e planilha de forma a garantir a perfeita execução de todos os sistemas da obra, acompanhados de memórias de cálculo.

O caderno de encargos e o memorial descritivo deverão ser gravados em mídia DVD-R e impressos e encadernados (brochura, de capas plastificadas e resistentes) no tamanho A4 ou outro adequado. Esses documentos, tanto gravados em mídia quanto encadernados, deverão ser entregues em 02 (dois) conjuntos completos de cada.

A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de aprovação dos projetos pelo CBMSE, para a conclusão da planilha orçamentária, caderno de encargos e demais documentos dos Projetos Executivos: Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico – PSCIP, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA e Central de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (ou Central Individual de GLP), descrito no Termo de Referência, e entrega à DIPOP/PRODIN/IFS.

Após a entrega dos documentos, será necessária a análise dos mesmos pela equipe técnica da DIPOP /PRODIN/IFS, que demandará 15 (quinze) dias corridos.

Após a análise, conforme o caso, serão aceitos ou devolvidos os documentos e planilhas com os apontamentos das eventuais inconsistências / erros detectados. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para correção dos eventuais itens indicados.

Os serviços serão destinados aos campi abaixo:

LOCAL	ENDEREÇO
IFS -CAMPUS ARACAJU	Avenida Gentil Tavares, nº 1166, Bairro Getúlio Vargas, Aracaju /SE
IFS – CAMPUS LAGARTO	Rua Cauby, nº 523, Bairro Jardim Campo Novo, Lagarto/SE;
IFS – CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO	Br 101 Km 98 – Povoado Quissamã – São Cristóvão/SE.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

13 de 15

82

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

UASG 158134

Estudo Técnico Preliminar 41/2021

A empresa Contratada deve inserir no memorial descritivo de cada Projeto Executivo: do PSCIP, do SPDA e da Central de GLP (ou Central Individual de GLP), de cada campus, os critérios de sustentabilidade, conforme as legislações abaixo:

Lei nº 8.886/1993: Art. 12. Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos: I - segurança; II - funcionalidade e adequação ao interesse público; III - economia na execução, conservação e operação; IV - possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação; V - facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço; VI - adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas; VII - impacto ambiental.

Decreto nº 7.746/2012: Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras: I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento

Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG: Art. 4º Nos termos do art. 12 da Lei nº 8.886, de 1993, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como: I - uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável; II - automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença; III - uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes; IV - energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água; V - sistema de medição individualizado de consumo de água e energia; VI - sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados; VII - aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento; VIII - utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e IX - comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço. § 1º Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas; § 2º O Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, através da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes. § 3º Os instrumentos convocatórios e contratos de obras e serviços de engenharia deverão exigir o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, bem como o fiel cumprimento do PGRCC, sob pena de multa, estabelecendo, para efeitos de fiscalização, que todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência

14 de 15

UASG 158134

Estudo Técnico Preliminar 41/2021

Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, disponibilizando campo específico na planilha de composição dos custos. § 4º No projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization). § 5º Quando a contratação envolver a utilização de bens e a empresa for detentora da norma ISO 14000, o instrumento convocatório, além de estabelecer diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro de empresas de bens, deverá exigir a comprovação de que o licitante adota práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

Lei nº 12.305/2010: Art. 3º, Inciso XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Diante do exposto no Presente Estudo Técnico Preliminar, **DECLARAMOS que a presente contratação é VIÁVEL**, de forma que nos manifestamos favoráveis à continuidade da contratação do serviço descrito

17. Responsáveis

Integrante Requisitante

ALLAN CHARLES MARQUES DE CARVALHO

Engenheiro de Segurança do Trabalho

Integrante Técnico

MÁRCIO REMBRANDT DO NASCIMENTO LIMA

Engenheiro Área

Integrante Administrativo

ANCILLA MIRIAM CARVALHO MOURA

Administradora/Pregoeira

- **~~(SUPRESSÃO) Anexo VIII - Documentos referentes à responsabilidade técnica (ART/RRT referentes à totalidade das peças técnicas produzidas por profissional habilitado, consoante previsão do art. 10 do Decreto n. 7983/2013).~~**

O orçamento foi elaborado tendo como base a tabela de honorários para projetos/consultorias/serviços de engenharia elaborada anualmente pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe, por refletir valores mais aproximados para o mercado local.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

- **Anexo IX - Critério de desconto sobre o valor unitário em decorrência da não elaboração de alguns projetos**

Planilha Nº 6 - Da composição do preço unitário						
Serviço de Engenharia: Elaboração dos Projetos Executivos: PSCIP, SPDA e Central de GLP (ou Central Individual de GLP)						
Licitante: Instituto Federal de Sergipe						
Referência: Tabela de Honorários CEHOP 2021				Data da Proposta: 19/10/2021		
Item	Projeto Executivo	Und.	Quant.	Preço unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	%
1	Elaboração do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico				5,91	
1.1	Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico - PSCIP, inclusive com dimensionamento de hidrante	m ²	1	4,06	4,06	57,02
1.2	Sistema de detecção e alarme de incêndio	m ²	1	1,63	1,63	22,89
1.3	Orçamento hidráulico, sanitário, drenagem, incêndio, Gás, PDA, Cabeamento estruturado	m ²	1	0,22	0,22	3,09
2	Elaboração do Projeto de Proteção contra Descarga Atmosféricas – PDA				1,21	
2.1	Sistema de Proteção de Descarga Atmosférica	m ²	1	1,21	1,21	16,99
Total					7,12	100
OBS 1: estão incluso nos custos dos projetos: estudos, levantamentos, deslocamentos, elaboração de laudos técnicos e demais documentos e/ou arquivos necessários para a licitação do serviço da elaboração dos Projetos Executivos, com pagamento de todas as taxas de aprovação, ARTs/RRTs e despesas com plotagens, impressões e outros que vierem a incidir sobre o objeto contratado, até o recebimento definitivo dos serviços aprovados pelo Corpo de Bombeiro Militar de Sergipe						
OBS 2: O Projeto Executivo da Central de GLP (ou Central Individual de GLP) não entra na planilha acima, pois o valor estimado para este projeto é fixo para até 10 pontos de GLP para cada Campus						

Planilha Nº 7 - Critério de desconto sobre o valor unitário em decorrência da não elaboração de alguns projetos			
Serviço de Engenharia: Elaboração dos Projetos Executivos: PSCIP e SPDA			
Licitante: Instituto Federal de Sergipe			
Referência: Tabela de Honorários CEHOP 2021		Data da Proposta: 19/10/2021	
Item	Critérios de descontos	Valor do desconto (R\$/m ²)	% do Desconto sobre o valor unitário
1	Dimensionamento de hidrante no PSCIP	2,11	29,63
2	Sistema de detecção e alarme no PSCIP	1,63	22,89
3	SPDA, inclusive levantamento e quantitativo	1,21	16,99

Obs: Os percentuais dos descontos são fixos

• Anexo X – Instrumento de Medição de Resultado

O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) define metas quantificáveis a serem cumpridas pela CONTRATADA na execução do Contrato. Para tanto, são definidos indicadores objetivamente mensuráveis que buscam aferir e avaliar a qualidade da prestação dos serviços contratados.

O cumprimento do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) condiciona o pagamento dos serviços prestados.

Dependendo da criticidade e urgência da demanda, o serviço poderá ser classificado pelos seguintes níveis de prioridade:

- ✓ EMERGÊNCIA: início de atendimento em no máximo 1h (uma hora);
- ✓ URGENTE: início de atendimento em no máximo 24hs (vinte e quatro horas);
- ✓ ALTA: início de atendimento em no máximo 3 (três) dias;
- ✓ MÉDIA: início de atendimento em no máximo 7 (sete) dias;
- ✓ BAIXA: início de atendimento em no máximo 15 (quinze) dias;

A contagem do prazo de atendimento poderá ser suspenso ou prorrogado pelo IFS mediante solicitação da CONTRATADA acompanhada de justificativa e programação.

Indicadores de nível de serviço.

Indicadores definem o nível de serviço inicialmente exigido e que deve ser cumprido pela CONTRATADA. A qualquer tempo, no decorrer da vigência do contrato, os indicadores de nível de serviço poderão ser revistos, mediante acordo entre as partes.

A avaliação do nível de serviço será feita por ordem de serviço pela CONTRATANTE por meio do indicador denominado “Nota de Avaliação do Serviço” (NAS).

A Nota Mensal de Avaliação será calculada a partir do registro de ocorrências, que determinará a perda de pontos por parte da CONTRATADA considerando o impacto de criticidade de cada ocorrência, conforme a fórmula abaixo e a tabela de ocorrências a seguir:

$$NAS = 10 - \sum \text{Pontos Perdidos}$$

Planilha Nº 8 – Instrumento de Medição de Resultado			
Item	Descrição da Ocorrência	Incidência	Pontos Perdidos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
 Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
 (79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

1	Não atendimento aos prazos estabelecidos no Anexo III	Observar a Planilha nº 4, do Anexo V	0,5
2	Recusar-se a executar ou descumprir serviço necessário à plena execução do objeto pactuado	Por serviço	1,0
3	Descumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pelo agente fiscalizador	Por ocorrência	1,0
4	Suspender ou interromper os serviços contratuais, salvo por motivo de caso fortuito ou força maior	Por unidade	2,0
5	Não fornecer equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à execução dos serviços ou permitir que os serviços sejam executados sem a sua utilização, quando esta for indicada	Por ocorrência	2,0
6	Permitir situação que crie risco à saúde ou à integridade física das pessoas	Por ocorrência	2,0
7	Fraudar, manipular ou descaracterizar indicadores/metadados de níveis de serviços por quaisquer subterfúgios	Por meta de serviço manipulado	3,0

a CONTRATADA será a obtenção de uma Nota de Avaliação de Serviço (NAS) maior ou igual a 9,0.

A adequação do pagamento pelo não atendimento das metas estabelecidas dar-se-á de acordo com a Nota Mensal de Avaliação obtida pela CONTRATADA, considerando os critérios definidos a seguir:

Simples notificação, quando a NAS for menor que 9,0 e maior ou igual a 8,0.

Desconto de 1% do valor faturado (mensal) a cada ponto perdido, quando a NAS for menor que 8,0 e maior ou igual a 5,0;

Desconto de 5% do valor faturado (mensal), quando a NAS for inferior a 5,0.

Os descontos acima definidos incidirão sobre o valor total da Nota Fiscal.

INTEGRANTE REQUISITANTE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

Aracaju, 26 de outubro de 2021.

Allan Charles Marques de Carvalho
Assinatura do requisitante

ENCAMINHAMENTO

Analisando o termo de referência acima e considerando a conformidade da contratação com os arts. 28, 29, 30, 31 e 32 da IN 05/2017 SG/MP, ratifico que o presente planejamento está de acordo com as necessidades da unidade previstas na DFD, Estudo Preliminar e Mapa de Risco.

☐

Sim

☐

Não

Encaminha-se à Reitoria, para:
Decidir motivadamente sobre o prosseguimento da contratação.

Aracaju, ____ de _____ de 2021.

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

ENCAMINHAMENTO E PARECER DA AUTORIDADE COMPETENTE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49020-390
(79) 3711-1860 – licitacoes@ifs.edu.br

☐

Sim

☐

Não

A continuidade da fase “Planejamento da Contratação”. Anexar aos autos a portaria da Unidade Supridora.

Aracaju, ____ de _____ de 2021.

Reitora